



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM ARTES VISUAIS UFPB/UFPE



MARTHA POLLYANNA DOS SANTOS DIAS

**EGRESSOS DA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
E SUA INSERÇÃO PROFISSIONAL**

JOÃO PESSOA  
2012

MARTHA POLLYANNA DOS SANTOS DIAS

**EGRESSOS DA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
E SUA INSERÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais – PPGAV/UFPB/UFPE - para obtenção do grau de Mestra em Artes Visuais. Área de concentração: Ensino das Artes Visuais no Brasil.

Orientação: Prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento

JOÃO PESSOA  
2012

MARTHA POLLYANNA DOS SANTOS DIAS

**EGRESSOS DA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
E SUA INSERÇÃO PROFISSIONAL**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento – Orientador (UFPB)

---

Profa. Dra. Maria Betânea e Silva (UFPE)

---

Profa. Dra. Cláudia Maria Costa Gomes (UFPB)

A minha mãe, Ilva Maria dos Santos, meu pai, Marinaldo Rique Dias e ao meu querido professor Erinaldo Alves do Nascimento, pelos afetos e ensinamentos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo cumprimento de todas as coisas, pelo seu Filho amado Jesus e pela presença do Espírito Santo em minha vida. A Ele toda honra, toda a glória e todo o louvor!

Ao meu estimado orientador, Professor Dr. Erinaldo Alves do Nascimento, pelo educador que é, por sua competência, humildade, polidês, equilíbrio e tratamento humano. Certamente, tenho muitos outros adjetivos para dedicá-lo;

A profa. Maria Betânea e Silva, por aceitar o convite e pelas colaborações durante o exame de qualificação;

A professora Claudia Maria Costa Gomes, por participar da Banca de Qualificação, contribuindo na construção deste trabalho, e por ter se comprometido com a delicadeza, a firmeza e a diligência que lhes são peculiares.

A todos os professores do Mestrado de Artes Visuais (UFPB/UFPE), pela oportunidade de, bravamente, colaborarem para a verticalização profissional do meu conhecimento acadêmico e de muitos outros educadores e pesquisadores;

Aos professores do Mestrado de Gestão de Aprendentes - MPGOA, especialmente à professora Rita de Cássia de Farias Pereira, que, pela proximidade que tivemos, pude melhor perceber seus atributos profissionais e pessoais, fazendo surgir uma singela amizade;

A Rosângela, Carlos e Teresinha, respectivamente secretária e servidores do PPGAV, que sempre estiveram como dedicados servidores, atendendo às exigências necessárias para a realização desta pesquisa.

A Professora. Marisa Pinheiro, como representante da equipe de Coordenação do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, pelo auxílio na localização dos egressos participantes da pesquisa. Meu muito obrigada.

A Cijame Júnior, secretário do MPGOA, pelos zelosos serviços a mim prestados;

Aos colegas e amigos dos Mestrados, especialmente aos que compartilham comigo de uma maior comunhão. Do PPGAV: Adriana, Ana Cláudia, Ana Lídia, Camilo, Clícia, Hamilton, Idália, Líbna, Terezinha e Mafaldo. Do MPGOA: Harrison, Ingrid e Viviane.

Ao Grupo de Pesquisa em Ensino das Artes Visuais – GPEAV-UFPB - e aos seus representantes. Agradecimentos especiais ao professor Dr. Elídio dos Santos,

Vice-coordenador, lembrando a falta que nos faz o seu convívio e como desejamos o restabelecimento de sua saúde, e a Ana Lúcia Dias Lordão, colega pesquisadora;

Pelas ajudas profissionais proporcionadas pelo meu irmão, Márcio Adriano dos Santos Dias e pelos(as) amigos(as): Maria Moreira, Danielle de Luna e Silva, Valentina de Andrade Ribeiro Maia, Jeanny Serafim Galdino Lucena e Rosivaldo de Lima Lucena, Idália Beatriz Lins de Sousa e Clícia Tatiana Alberto Coelho. Meus sinceros agradecimentos pelo significativo compartilhar dos conhecimentos, com exemplos de apreço e de modéstia.

Registro também as preciosas ajudas, no ambiente universitário, realizadas pelo Professor Severino Elias – Coordenador de Escolaridade – CODESC -; Agamenon Travassos Sarinho, Coordenador da Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior – SODS -; Professora Milva Hernandez Pereira - Coordenadora de Currículos e Programas da Pró-Reitora de Graduação – CCP/PPRG e à equipe representada por Maria Helena Ribeiro Marciel e, ainda, a Maria do Rosário Batista de Carvalho e José Leôncio da Silva Brandão Neto, Técnicos da Comissão Permanente de Melhoria de Ensino – CPME/PPRG.

Ao professor Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira, e Reginaldo Cipriano dos Santos, Gestores da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG e membros do Fundo de Combate a Erradicação da Pobreza - FUNCEP, além de José Agnaldo, Chefe de Gabinete da SEPLAG, pela doação de especial exemplar bibliográfico.

À Professora. Márcia Lucena de Figueiredo Lira, Secretária de Estado da Educação da Paraíba, de quem como membro da sua equipe, tenho recebido apoio, traduzido em sensibilidade e amizade, sem esses auxílios, este trabalho certamente traria maior dificuldade no efetua-lo.

Aos meus familiares - in memoriam - representados por: meu pai, Marinaldo, meus avós paternos - Severino e Marie; maternos - José Francisco e Maria José: aos meus tios - Ilton, Mardonio e Marconildo, pela parte deles que existe em mim;

Aos meus familiares, ainda nesta dimensão, representados por minha mãe Ilva; minha tia Ivanilda; meus tios; meu estimado Sérgio; meus filhos Rackson e Sávio; minha neta Giovanna; minhas sobrinhas Vitória, Sara e Esther; meus sobrinhos José e Mateus; meus irmãos Júnior e Márcio; meus primos, primas e demais familiares, representados por Beethoven, Charles, Djair e Ivair. Apenas a presença, de cada uma dessas pessoas, é muito importante para mim.

Aos meus amigos e irmãos em Cristo, que muito me ajudaram no orar e na ação: Alexandre, Carminha, Glória, Jacinta, Maniza, Suely, Ribamar, Rominho, Sônia, Toinho, Zilderleide, Zildene, João e Jerusa, Dani e Valmir, Cida e Dio;

A minha amiga Suzi e Fátima Regina, pelas palavras de estímulo;

Pelas ajudas profissionais proporcionadas pelo meu irmão Márcio Adriano dos Santos Dias e amigos(as): Maria Moreira, Valentina de Andrade Ribeiro Maia, Jeanny Serafim Galdino Lucena e Rosivaldo de Lima Lucena, Idália Beatriz Lins de Sousa, Clícia Tatiana Alberto Coelho.

E aos que, certamente, não citei, mas trago no coração.

## RESUMO

Esta investigação tem como objetivo conhecer o que se espera dos egressos da Licenciatura de Artes Visuais – da UFPB – e como estão se inserindo profissionalmente. Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa e empírica, que mescla a análise de documentos e a entrevista com os estudantes egressos dos anos de 2007 e 2008. A análise toma como referência as Diretrizes Nacionais de Licenciaturas (DCNs), o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes da Licenciatura em Artes Visuais (ENADE) e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura de Artes Visuais, bem como a Resolução de sua criação na UFPB. No questionário foram coletados, os dados pessoais e profissionais dos egressos, compondo um perfil de jovens e adultos, sendo em sua maioria do gênero feminino, que declaram afinidades com a Arte, e destacam a pertinência nos seus estudos acadêmicos. Os egressos expõem algumas dificuldades atribuídas ao curso e à inserção profissional. Apenas um número reduzido atua na área de Artes Visuais e percebem salários classificados entre médios e baixos.

Palavras-Chave: Licenciatura em Artes Visuais. Egressos. Inserção Profissional.



## **ABSTRACT**

This study aims at knowing what is expected from students who graduated in Visual Arts at UFPB and how they are finding a position in the job market. This is a desk research, which uses as reference the National Guidelines for Undergraduate Courses, the National Exam for the Evaluation of Visual Arts Undergraduate Students, the Pedagogical Project of the Visual Arts Undergraduate Course, its resolution and the resolution that created the Undergraduate Course in Artistic Education, as well as my personal experience as a Visual Arts major and applicant for a position in the job market. It is a case study research, which aims at interviewing students who graduated in Visual Arts in 2007 and 2008. This is still an ongoing research.

Keywords: Visual Arts Undergraduate Course. Alumni. Job Market.

## LISTA DE SIGLAS

AGA	Associação Gaúcha de Arte-educação
ANARTE/PB	Associação Nordestina de Arte-Educadores – Núcleo Paraíba
ANPAP	Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas
ASAE - DF	Associação de Arte-Educadores do Distrito Federal
AV	Artes Visuais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPP	Centro de Artes Plásticas da Paraíba
CCAV	Coordenação de Curso de Artes Visuais
CCHLA	Centro de Ciências História Letras e Artes
CCP/PPRG	Coordenação de Currículos e Programas da Pró-Reitoria de Graduação
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODESC	Coordenação de Escolaridade
COEJA	Coordenação de Educação de Jovens e Adultos
CONSED	Conselho Nacional de Educação
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CPME	Comissão Permanente de Melhoria de Ensino
DAC	Departamento de Artes e Comunicação
DAV	Departamento de Artes Visuais
DC	Departamento Cultural
DCNS	Diretrizes Curriculares Nacionais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DVD	Digital Vídeo Disc
EA	Educação Artística
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ESPEP	Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba
FAEB	Federação de Arte-Educadores do Brasil
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FRAPE	Função Reativadora das Artes Plásticas
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNCEP	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
FUNDESCOLA	Fundo de Desenvolvimento da Escola
GPEAV	Grupo de Pesquisa do Grupo de Pesquisa de Artes Visuais - Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superiores
IGC	Índice Geral de Cursos
IGC	O Índice Geral dos Cursos das Instituições
INAP	Instituto Nacional de Artes Plásticas
INEPE	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSEA	International Society for Education trough Art
IPF	Instituição Paulo Freire
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MCT/BR	Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MPGOA	Mestrado Profissional de Gestão de Aprendentes
NAC	Núcleo de Arte Contemporânea
PB	Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>PERFIL DO EGRESSO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) E AS CRÍTICAS DO MOVIMENTO ARTE-EDUCAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
2.1	A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E LEI 5692/1971.....	24
2.2	O QUE SE ESPERAVA DOS EGRESSOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA.....	28
2.3	AS CRÍTICAS DO MOVIMENTO ARTE-EDUCAÇÃO À LICENCIATURA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA.....	31
<b>3</b>	<b>O QUE SE ESPERA DO EGRESSO DA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS? UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES OFICIAIS E DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....</b>	<b>35</b>
3.1	A LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DA UFPB A PARTIR DAS DIRETRIZES OFICIAIS – DCNS.....	38
3.2	3.2 O PERFIL DO EGRESSO NO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO (PPP) DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DA UFPB.....	48
<b>3.2.1</b>	<b>O que se espera do egresso da Licenciatura em Artes Visuais?...</b>	<b>48</b>
<b>3.3</b>	<b>O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE – E O PERFIL DO EGRESSO DA LICENCIATURA DE ARTES VISUAIS.....</b>	<b>58</b>

<b>4</b>	<b>EGRESSOS DA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DA UFPB E INSERÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>67</b>
4.1	PERFIL DOS EGRESSOS EM ARTES VISUAIS DA UFPB.....	69
4.2	INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DA UFPB.....	76
4.3	CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTES VISUAIS À INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS.....	81
<b>5</b>	<b>BREVES CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>92</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As profundas mudanças nas relações de trabalho fazem emergir um novo panorama educacional e profissional. Nos dias atuais, constata-se uma acelerada rapidez na difusão da informação, exigindo transformações constantes na atuação no campo do trabalho. A formação profissional, no âmbito da graduação, passou a ser um requisito fundamental para o exercício da função, sobretudo no campo da docência.

Na busca de conhecer as novas iniciativas educacionais relacionadas com a inserção profissional no campo da docência, escolhemos pesquisar sobre os egressos do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A formação profissional proporcionada por este curso representa um momento significativo na história da formação da educação universitária paraibana e nacional no campo das Artes Visuais.

O desafio é compreender este novo momento de formação docente, demarcado pela criação da Licenciatura em Artes Visuais, da UFPB. Entre outros motivos que justificam a escolha pelo tema, é possível destacar as diversas identificações com esta profissão.

Quando ingressei no curso de Licenciatura em Educação Artística, no ano de 1986, alimentava a aspiração de ser professora de Artes Plásticas. Como aluna, sempre participei ativamente na militância da política estudantil, defendendo os interesses acadêmicos relacionados com a arte e com a educação.

Mais tarde, quando conheci a Associação Nordestina de Arte Educadores – Núcleo Paraíba (ANARTE/PB), engajei-me em suas ações na captação de recursos e na organização de eventos relacionados com esta categoria profissional. Entre 1989 a 1991, exerci o cargo de secretária da ANARTE, situação que veio a reforçar o meu “sentimento de pertencimento” com este campo de conhecimento.

Ao concluir o curso, no ano de 1986 lutei para atuar como professora de Educação Artística. Fui aprovada nos primeiros lugares em concursos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba (SEC-PB) e pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de João Pessoa (SEDEC-PMJP). Com o passar dos anos, não tive condições físicas,

econômicas e sociais, para manter os dois vínculos empregatícios em sala de aula no Ensino Básico. A relação custo/benefício impeliu-me a exercer esta função apenas no turno da noite. A partir daí continuei as minhas atividades diurnas, atreladas à educação, na área administrativa, desenvolvendo atividades técnicas ou de assessoria. Em meados dos anos de 1990, estive em exercício no Projeto Nordeste e no Fundo de Desenvolvimento da Escola (FUNDESCOLA) - projetos federais, executados pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEC – PB), nomenclatura da época atribuída a atual Secretaria de Estado da Educação (SEE).

Na primeira unidade de trabalho mencionada, atuei como assessora, responsabilizando-me por várias ações. Fui responsável, juntamente com os demais integrantes da Equipe de Coordenação, pela seleção dos professores ministrantes e pela capacitação de professores estaduais do Ensino Fundamental, abrangendo cerca de 6.000 profissionais. Na segunda unidade de trabalho, também como assessora, atuei na implantação e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) – programa federal de gestão escolar que, ainda hoje, viabiliza várias ações na busca e na melhoria de resultados em toda rede de ensino do Estado da Paraíba.

Somando as experiências profissionais fora da sala de aula, nos anos 2000, unifiquei meu exercício funcional no Conselho Estadual de Educação (CEE) - na SEC - PB, como secretária do Presidente. Mais tarde, integrei a equipe da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), participando da implantação e do acompanhamento das atividades docentes e técnicas do Projeto Escola do Rádio, Programa de Educação a Distância (EAD), com apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) - e da Assessoria Técnico-Pedagógica do Instituto Paulo Freire (IPF).

No momento inicial da redação desta dissertação, no ano de 2012 desenvolvi, simultaneamente, as minhas atividades funcionais na formação continuada e na qualificação de profissionais, ministrando e acompanhando cursos, além de atuar na gestão dos serviços da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Administração. Este órgão é responsável pela política de qualificação (capacitação, aperfeiçoamento e especialização profissional) de todos servidores do Estado, cuja ação estende-se aos servidores municipais

conveniados. Esta instituição fomenta e dissemina os conhecimentos educativos por meio de cursos, palestras, eventos e atividades correlatas.

Outra peculiaridade com o tema da pesquisa escolhido é minha especialização em Gestão de Pessoas, o que, naturalmente, dá-me maiores subsídios para tratar do assunto relacionado com a inserção profissional, criando uma “ponte” entre educação e administração.

Após as considerações que acabo de relatar, fica patente que o constante envolvimento com a atuação na formação de profissionais docentes, despertou o interesse de ter como foco ou problema de pesquisa os egressos de cursos de graduação, atentando para a sua inserção profissional. Interesso-me muito pelos caminhos trilhados pelos novos profissionais, como conciliam suas necessidades de atuação, com as propostas financeiras, sendo estes, requisitos indispensáveis ao campo do trabalho.

Com o objetivo de ampliar o campo de visão que contivesse informações pertinentes à atividade de pesquisa ora iniciada, buscaram-se outras pesquisas realizadas sobre o Curso de Licenciatura em Artes Visuais, da Universidade Federal da Paraíba. Esta atitude pode ser vista, também, como uma maneira de compartilhar os conhecimentos adquiridos anteriormente e de fornecer outros exemplos científicos e acadêmicos de tratar e explorar o tema em foco.

A relevância desta pesquisa pode ser observada a partir da raridade que este tema ocupa nos trabalhos acadêmicos não só na UFPB, mas em outras instituições nacionais.

Assim, ao iniciar esta atividade, de imediato, averigui a existência de outras produções acadêmicas sobre o assunto, tanto na Paraíba como nas demais universidades brasileiras. Pensava encontrar várias pesquisas envolvendo os cursos de licenciaturas. Porém, para minha surpresa, em relação ao campo das artes visuais, temos poucas pesquisas realizadas. Isso corrobora para enaltecer a raridade do tema escolhido, colaborando para atribuir maior valor a esta pesquisa. Vejo-a como uma oportunidade para fazer uma aferição na minha própria formação superior, atentando, sobretudo, para a inserção no mundo profissional. É uma maneira de trazer para o seio da universidade o resultado do seu trabalho, colaborando para uma instrumentalização de parâmetros, que podem ser indicadores e norteadores para futuras ações.



Com a finalidade de obter melhores orientações, de como proceder efetivamente com este tipo de pesquisa, busquei o apoio da Divisão de Processos Técnicos, da Biblioteca Central da UFPB. Neste setor, informaram que todas as teses e dissertações encontram-se unificadas, à disposição no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão pertencente ao Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil (MCT/BR), sendo dispensável a pesquisa em sites de universidades.

Utilizando descritores, como “pesquisa”, “egressos” e “cursos de universidades”, realizamos a busca no site do IBICT. Encontramos apenas, uma pesquisa relacionada com o tema. Trata-se da pesquisa de autoria de Luciana Goss (2009), cujo título é “A Formação do Professor para a Escola Livre de Música”. É uma pesquisa que versa sobre o tema em questão e demonstra a pouca produção científica existente na área de Artes.

A dissertação foi produzida no ano de 2009, no Mestrado em Música, da Universidade de Música de Santa Catarina. Esta pesquisa acompanhou a atuação dos egressos do curso de Licenciatura em Música desta universidade. Por se tratar de um curso de Licenciatura na área de Artes, mesmo sendo em outra modalidade artística, há uma afinidade com esta pesquisa.

A pesquisa de Goss (2009) distingui-se da que pretendo desenvolver pelos seguintes aspectos: os egressos são de várias universidades e a inserção é em um exclusivo ambiente profissional; a pesquisa é focada nas Escolas livres de Música, ou seja, nas aulas de música em ambientes de cursos livres, tendo como exemplos os conservatórios, estúdios particulares e academias. A autora teve como objetivo principal avaliar se a formação dos antigos alunos do curso de Licenciatura de Música proporcionava a aptidão necessária para ensinar nas escolas livres. Para este fim, entrevistou não só os egressos, mas alunos e outros autores envolvidos no processo

A autora constatou que os referentes egressos, agora profissionais, em atuação nas escolas livres, realmente estavam aptos para desempenhar suas funções no crescente mercado em atuação na cidade de Florianópolis.

Em razão do levantamento realizado, torna-se possível afirmar que a UFPB, de forma inédita, obterá subsídios com a realização deste trabalho, tendo condição de perceber o alcance da sua função social, conhecendo, com

mais propriedade, o resultado final das suas ações, em relação ao curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPB.

Outro fator importante é que o meu envolvimento e engajamento, como integrante, do Grupo de Pesquisa em Ensino de Artes Visuais, do Departamento de Artes Visuais, da UFPB (GPEAV-DAV-UFPB), também influenciou na escolha desta pesquisa.

Entrei no GPEAV, no ano de 2010 e, desde esse período, pude perceber um grande interesse por pesquisas envolvendo a Licenciatura em Artes Visuais da UFPB. Este grupo teve suas atividades iniciadas em 2007 e está vinculado ao Departamento de Artes Visuais e ao Mestrado em Artes Visuais – UFPB/UFPE. Além de várias pesquisas e estudos na área do Ensino das Artes Visuais, O GPEAV tem sido responsável, em parceria com outras entidades institucionais, na realização de vários eventos nacionais e internacionais. Os encontros dos membros do GPEAV/UFPB acontecem quinzenalmente na sala do Projeto Arte na Escola, localizado no primeiro andar da Biblioteca da UFPB, Campus I. É Coordenado pelo prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento (DAV-CCTA-UFPB), e tem na Vice-coordenação o Prof. Dr. Elídio dos Santos Neto (DHP-CE-UFPB). É constituído por alunos do curso de Licenciatura em Artes Visuais, mestrandos e professores do Ensino Básico.

Entre as várias pesquisas desenvolvidas e, algumas delas, divulgadas nos anais da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), cito as seguintes: Expectativas e necessidades da formação dos discentes da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB (NASCIMENTO; SILVA; CLEMENTE, 2009), cujo resultado foi apresentado no 18º Encontro da Associação Nacional de Artes Plásticas – ANPAP, realizado em Salvador, de 21 a 26 de setembro de 2009, compondo seus anais. As outras pesquisas: A vez e a voz dos feras: perfil, expectativas e necessidades dos estudantes “calouros” da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB e Por que parou? parou por quê? É uma pesquisa com os discentes “evadidos” da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB (CÂMARA; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2010; CLEMENTE et al, 2010), que foram apresentadas no 19º Encontro da Associação Nacional de Artes Plásticas ( ANPAP ) realizado na cidade de Cachoeira / BA, no Recôncavo Baiano, de 20 a 25 de setembro de 2010.

A partir da consideração do quanto é imprescindível conhecer e atender o corpo discente nas suas expectativas e necessidades, as pesquisas do GPEAV-UFPB propõem-se a avaliar as condições educacionais do Curso de Licenciatura de Artes Visuais da UFPB. As pesquisas procuraram conhecer as expectativas do alunado e as referidas carências relativas a essa formação. São pesquisas que colaboram com possíveis ajustes ou mudanças, de modo a atender ao que está proposto no seu Projeto Político-Pedagógico.

A pesquisa intitulada *A vez e a voz dos feras: perfil, expectativas e necessidades dos estudantes “calouros” da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB* (CÂMARA; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2010), baseou-se na necessidade de continuar as investigações sobre a Licenciatura em Artes Visuais – UFPB. Os realizadores foram os próprios integrantes do Grupo de Pesquisa, tendo como sujeitos os “feras” ou calouros do período 2009.1. Pesquisaram um total de 17 alunos efetivos e matriculados, que responderam entrevistas individuais, omitindo suas identificações. O objetivo da pesquisa, como o próprio título sugere, foi conhecer o perfil as expectativas e as necessidades destes novos integrantes da comunidade estudantil, assumindo um caráter de acolhimento, integração e aferição dos serviços públicos, prestados pela UFPB, por intermédio do Curso de Licenciatura de Artes Visuais.

Quanto à última pesquisa - Por que parou? parou por quê? É uma pesquisa com os discentes “evadidos” da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB (CLEMENTE et al, 2010) - surgiu a partir de questionamentos internos dos componentes do Grupo, procurando compreender o processo de evasão e, se possível, averiguar possibilidades de diminuir esse contingente.

Esta pesquisa foi iniciada em 2009 a partir de contatos pessoais com a Coordenação do Curso, que confirmou não ter estatísticas dos alunos evadidos, embora pudesse supor. O universo pesquisado abrange os anos de 2007 a 2009. A pesquisa constatou que se convive com uma taxa de 7% de desistência anual, lembrando que este índice foi, a cada ano, crescente e gradual. 33% é a taxa de evadidos no período investigado. 64% deixaram o curso por haver incompatibilidade com o horário de trabalho e 18% disseram que voltariam ao curso, caso mudasse o horário (vespertino).

A investigação dos evadidos do Curso de Licenciatura de Artes Visuais constatou que a maior interferência se dá mediante a entrada na vida profissional antes do ingresso à universidade. Neste momento, os dados evidenciados por esta pesquisa conclamam a universidade a não deixar de considerar esta problemática da realidade estudantil. Enfatiza o quanto é premente a realização da “função social” da universidade em colaborar com os anseios e necessidades da comunidade a qual está inserida, bem como para a sociedade em geral.

Ao final desta exposição, evidencia-se que a pesquisa é um instrumento eficaz para aferição e revelação de respostas importantes aos problemas detectados. No tocante ao âmbito educativo universitário em Artes em nosso Estado, fornecem importantes subsídios, podendo proporcionar um alcance eficaz nas ações a serem realizadas pelos que fazem a instituição formativa da UFPB, comprometida com o exercício da cidadania.

Em relação a pesquisa, que está sendo desenvolvida neste momento, reconhece-se o quanto estes dados são valiosos, pois, além de revelar a situação da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB, também pode ampliar a visão das autoridades competentes e oportunizar a realização de outras pesquisas.

É possível afirmar que as pesquisas, no conjunto, provocam, ainda mais, a vontade de agregar maiores informações sobre a Licenciatura em Artes Visuais da UFPB. Colaboram para construir um mapeamento sobre a formação acadêmica no campo da Licenciatura em Artes Visuais na Paraíba. Observando as pesquisas realizadas, detectei junto com o meu orientador, Prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento, que é o atual coordenador do GPEAV, a lacuna e a carência de realizar uma pesquisa envolvendo os egressos deste curso.

O estudo acadêmico iniciado pretende contribuir para uma visualização dos resultados do modelo de ensino universitário ora implementado, e, quiçá, para as futuras intervenções de melhorias educacionais. Pretende-se realçar as ações positivas e destacar as que precisam ser mudadas ou melhoradas. Sua relevância não se restringe à comunidade universitária local, mas também ajuda a fornecer uma contribuição para se compreender os caminhos percorridos pela educação local e nacional.

Diante do exposto, é possível sintetizar as aspirações desta pesquisa no seguinte questionamento:

<p><b>O que se espera dos egressos da Licenciatura de Artes Visuais da UFPB e como estão se inserindo profissionalmente?</b></p>
--

Na tentativa de responder esse questionamento, outras perguntas complementares mostram-se necessárias:

- O que a UFPB, via o Projeto pedagógico da Licenciatura em Artes Visuais e outros documentos normativos, esperam profissionalmente dos seus egressos?
- Qual o perfil atual dos egressos do curso de Licenciatura de Artes Visuais da UFPB?
- Como os egressos da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB estão se inserindo profissionalmente?
- Que caminhos profissionais os egressos da licenciatura em Artes visuais da UFPB estão trilhando?

Para responder o que se espera dos egressos da Licenciatura em Artes Visuais, da UFPB, far-se-á uma análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais das Licenciaturas, das Diretrizes do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE) da referida Licenciatura e do Projeto Político-Pedagógico do curso. Para encontrar resposta sobre a inserção profissional, será aplicado um questionário com os egressos do curso de Licenciatura em Artes Visuais.

Em razão das peculiaridades na coleta dos dados e dos objetivos pretendidos, esta pesquisa com a Licenciatura em Artes Visuais da UFPB serve-se de procedimentos mistos, que articulam a análise documental e a coleta de dados mediante a aplicação de questionários. Pode-se afirmar, ainda, que se trata de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, documental e de levantamento.

Segundo Gil (1996), tendo em vista os seus objetivos, é uma pesquisa exploratória, porque

visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão[...]

Patton (1986) indica três características que considera essenciais aos estudos qualitativos: visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalista. O que significa dizer que o citado estudo tem como propriedades a visão global, considerando as inter-relações de suas partes, É uma abordagem na qual o pesquisador inicialmente parte de análises mais livres, porém, à medida que esta se desenvolve, procede-se um selecionamento restringindo suas dimensões. É considerada naturalista porque o observador atua buscando ter pouca interferência no seu campo de estudo.

A respeito das pesquisas qualitativas, Alves (1991, p. 56) diz:

[...] tipicamente geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Isto se faz mediante um processo continuado em que se procura identificar, dimensões, categorias, tendências, padrões, relações desvendando-lhe o significado.

Segundo Ludke e André (1986), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Embora muito semelhante à análise bibliográfica, a análise documental se distingue desta, principalmente por trabalhar com materiais, tais como: documentos arquivados em órgãos públicos e privados, que ainda não foram tratados analiticamente.

Com relação ao uso do levantamento, apoio-me em (GIL, 1996,p. 56), quando diz, que este é característico, em uma pesquisa realizada mediante “..a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Será utilizado com a pretensão de conhecer o processo de inserção profissional dos egressos, cujos dados dependem de uma interrogação aos sujeitos pesquisados.

Ainda me porto ao que concebe Olabuenaga e Ispizua (1989) para afirmar que nos serviremos de alguns princípios de análise de conteúdo para compreender a análise documental e as informações fornecidas pelos egressos da Licenciatura. A análise de conteúdo pode ser considerada um procedimento investigativo para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente. 'abrem as portas' ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social, de outro modo, inacessíveis.

Outro aspecto importante que os mesmos autores descrevem, diz respeito aos vários significados que o texto possui:

- (a) o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor;
- (b) o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor;
- (c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes;
- (d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente. (OLABUENAGA; ISPIZUA, 1989, p. 185).

É na tentativa de seguir estes procedimentos, fundamentados e elencados que procurarei suprir as etapas da investigação proposta para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Nesse sentido, o primeiro capítulo intitula-se "Perfil do Egresso da Licenciatura em Educação Artística da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e as Críticas do Movimento Arte-educação'. Nele, descrevemos e analisamos as mudanças históricas e conjunturais que contribuíram para a implementação das novas políticas educacionais, que culminaram na oficialização da Licenciatura em Educação Artística e, depois, na sua extinção e, na sequência, no surgimento da Licenciatura em Artes Visuais. Este processo será analisado à luz das críticas empreendidas pelo movimento Arte-Educação, que se tornou bastante acirrado a partir da década de 1980, no Brasil.

“Como está se inserido profissionalmente o egresso da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB?” é a pergunta que norteia o segundo capítulo. Nele se faz uma análise das diretrizes oficiais do MEC e do Projeto Pedagógico do Curso. Também examino as Diretrizes Curriculares Nacionais das Licenciaturas, as diretrizes do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes da referida Licenciatura (ENADE).

O terceiro capítulo intitula-se “Egressos da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB e sua inserção profissional”. Nesse momento, a análise é pautada nas contribuições específicas da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB, os questionários aplicados. Na sequência, discorreremos sobre a prática profissional desenvolvida pelos egressos do Curso, para tentar compreender as condições vivenciadas a partir da escolha acadêmica e profissional.

Ao final, farei “Breves Considerações”, sobre o trabalho desenvolvido, enfatizando os conhecimentos gerados mediante as informações selecionadas com o objetivo de vislumbrar outros desafios e perspectivas da arte na educação do ensino superior da UFPB.



## **2 PERFIL DO EGRESSO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) E AS CRÍTICAS DO MOVIMENTO ARTE-EDUCAÇÃO**

O atual Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPB surgiu a partir de uma reestruturação e de uma reforma radical da antiga Licenciatura em Educação Artística, que existia na mesma instituição desde 1978. Para responder a pergunta geral desta pesquisa, faz-se necessário compreender como a Licenciatura em Educação Artística foi concebida e como se configurava o perfil do profissional a ser formado naquele momento. Esta análise pode ser entendida como um fator conjuntural para o surgimento da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB e do perfil do egresso deste curso. É possível afirmar que o perfil do professor de Educação Artística é um antecedente e uma complementação do que se requer atualmente do egresso da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB.

Em razão disto, este capítulo fará uma análise da estrutura curricular da Licenciatura em Educação Artística, atentando para os aspectos formadores do perfil profissional exigido para esta formação. Na sequência, serão delineadas algumas críticas apontadas pelo Movimento Arte-Educação, nas décadas de 1970 e 1980, as quais foram basilares para as mudanças que culminaram no surgimento da atual Licenciatura em Artes Visuais da UFPB.

### **2.1 A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E LEI 5692/1971**

No item intitulado “Histórico do Ensino das Artes Visuais - no Contexto Paraibano e Brasileiro” - contido no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Licenciatura de Artes Visuais, é dito que a primeira iniciativa de um “ensino sistemático em Artes Plásticas” na Paraíba ocorreu, na década de 1920, com cursos de pintura, oferecidos na Rua Duque de Caxias, no centro de João Pessoa - PB. Até então, a condição de realizar tal estudo estava atrelada à Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Só nos anos de 1950 foi efetivado o Centro de Artes Plásticas da Paraíba (CAPP) oferecendo “Cursos Livre de Artes Plásticas”, cuja implantação tinha ocorrido na década de 1940.

Contudo, a falta de apoio estatal proporcionou o seu fechamento posteriormente.

Depois da referida desativação, em 1960, uma ala mais jovem de discentes do CAPP, fundou a Escola Tomás Santa Rosa, que também brevemente se extinguiu. Porém, daí surgiu o projeto que unificou as duas organizações e se atrelou à Universidade da Paraíba, que há pouco tinha sido federalizada. Assim, foi criado como órgão de extensão o Departamento Cultural (DC), abrangendo a área de Artes Plásticas e Música, cuja atuação se deu por 20 anos.

E, chegando aos anos de 1970, após progressivo esvaziamento, houve a proposta para originar o curso de Licenciatura em Educação Artística. Apesar de ser julgado necessário, por não se tratar de um curso de bacharelado, não contemplou aos que ansiavam por esta categoria de formação. O desejo pelo bacharelado está até hoje presente na área das artes, como registra várias pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Ensino das Artes Visuais (GPEAV-UFPB).

A disciplina de Educação Artística (EA ) denominação da legislação da época - tornou-se obrigatória ao ensino brasileiro, nos níveis de 1º e 2º Graus (atual Ensino Fundamental), por intermédio da Lei 5692/71. Foi integrada como um componente curricular da Área de Comunicação e Expressão, substituindo, no 1º Grau Maior (5ª, 6ª 7ª e 8ª Séries - nomenclatura da época), as disciplinas de Trabalhos Manuais e Artes Industriais. Na sequência, desdobrou-se em habilitações específicas: Artes Plásticas, Desenho, Artes Cênicas e Música.

Entre os objetivos gerais estabelecidos para o ensino da *Educação Artística*, como se pode constatar nos livros didáticos, Xavier e Agner (1986 apud NASCIMENTO, 2005) ainda reforça que alguns dos mais contundentes enunciados, após terem sido considerados controvertidos, entre as décadas de 1930 e 1950, foram assumidos como “naturais” e “consensuais” depois da institucionalização dessa disciplina pela política educacional da ditadura militar, mediante seus interesses políticos e econômicos.

Dialogando com o que é mencionado na tese de Nascimento (2005), é possível declarar que, em prol de difundir e apoiar a citada política da oficialização da educação artística, órgãos federais, mais precisamente a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), o projeto Função Reativadora das

Artes Plásticas (FRAPE) e o Instituto Nacional de Artes Plásticas (INAP), se desdobraram, em ações advindas do Ministério da Educação da Arte (MEC). Realizaram atividades, como cursos e encontros para “sedimentar” a denominação Educação Artística e a visão defendida pelo MEC na época da ditadura militar. O autor ainda cita outros órgãos, que corroboraram direta ou indiretamente com estes fatos, entre eles O Jornal Arte& educação e a Escolinha de Artes do Brasil.

Foto 1 – A UFPB na década de 1980



Fonte: <http://frederico2010.blogspot.com.br/2011/08/brasil-ganha-1-ouro-na-olimpiada-de.html>.

O Curso de Licenciatura de Educação Artística, com Habilitação em Artes Plásticas, tinha como base os ideais da escola nova e da arte moderna. A ênfase residia no fazer artístico, na criatividade, na livre expressão, aspectos que, junto com outras peculiaridades, como o romantismo associado à arte, resultou no enfraquecimento de fundamentações, fomentando o anseio por mudanças. Essa situação “reverberou” em movimentos, publicações e em vários tipos de encontros da classe dos arte/educadores em torno de alternativas, que possibilitassem um novo formato para o ensino da arte. A contrapartida pautava-se, prioritariamente, na cognição, favorecendo o caráter integrador entre mente e corpo, comum ao exercício holístico. Esta visão pode ser exemplificada na citação abaixo:

A arte é educacionalmente importante porque equipa o indivíduo com relevantes ferramentas para desenhar seu mundo. As ferramentas ou estratégias cognitivas envolvidas nesse processo de aprendizagem incluem a imaginação como uma função esquematizadora e suas extensões pelas projeções metafóricas. (EFLAND, 2008, p.343).

Na condição de aluna do Curso de Licenciatura em Educação Artística, participei de várias discussões, entre colegas, sobre nossa presença como discentes. Era comum debatermos sobre a insatisfação advinda daqueles que estavam cursando uma licenciatura, mas não queriam atuar como professores. A falta de informação antecipada do que propunha oficialmente o curso escolhido era assustadoramente compartilhada por todos. Talvez a tenra idade na época, fosse um dos motivos para o pouco conhecimento relacionado com o termo “Licenciatura”.

Presumo que existiam no Curso de Educação Artística da UFPB, fazendo parte da comunidade universitária, nos anos de 1980, além dos evadidos, quatro condições postas, que possivelmente se repitam até hoje: 1 - os alunos que sabiam o que escolheram e estavam ali para atingir o objetivo almejado; 2 - os que não sabiam o que escolheram, mas a partir do momento da descoberta se esforçavam para arcar com suas escolhas, desenvolvendo a “responsabilidade” educacional; 3 - os que não sabiam o que tinham escolhido e, ao descobrirem, negavam o comprometimento, mas cumpriam as atividades para obter o diploma e, quem sabe, ingressar em outro curso superior e 4 - os que, ao entender o que era um curso de licenciatura, passavam o tempo fazendo as disciplinas práticas ligadas ao fazer artístico, até não poderem mais adiar a conclusão do curso, e assim cursavam as demais disciplinas.

Assim, estes fatos narrados, relativos às antigas condições do Curso de Licenciatura de Educação Artística da UFPB, expressam a necessidade premente de mudança, rumo a uma atuação responsável para a construção de um novo desenho da arte na educação, prioritariamente a universitária, já que é responsável, pela formação inicial dos novos profissionais educadores deste campo.

## 2.2 O QUE SE ESPERAVA DOS EGRESSOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Para tentar compreender o que se esperava do Licenciado em Educação Artística serão examinadas algumas resoluções e outros documentos e textos, além de recorrer a minha memória como aluna.

No contexto universitário paraibano, a UFPB, através do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE), respaldado pela Resolução 11/77, criou o Curso de Licenciatura de Educação Artística, com a carga horária mínima de 2.565 horas/aula.

As disciplinas que compunham o currículo mínimo teriam 1.710 horas; as disciplinas obrigatórias 705 horas e as disciplinas complementares optativas 150 horas. Este formato foi alterado posteriormente pelas resoluções 37/77; 32/80 e 03/83 do CONSEPE.

O curso foi concebido com quatro habilitações artísticas: desenho, artes plásticas, teatro e música. Porém, só houve o oferecimento das três últimas. Por ser um curso de licenciatura plena, continha algumas disciplinas de formação pedagógica e outras das habilitações específicas. Conseqüentemente, seu currículo foi constituído com uma Parte Comum e uma Parte Diversificada.

Como exemplo das disciplinas da Parte Comum e do Currículo Mínimo, constavam: Fundamentos da Comunicação e Expressão I e II, Estética, História das Artes, Folclore, Folclore Brasileiro e Nordestino, Didática e Psicologia V. Para a habilitação em Artes Plásticas, as disciplinas eram as seguintes: Evolução das Artes Visuais I e II, Fundamento das Linguagens Visuais I e II, Análise e Exercício de Técnicas e Materiais Expressivos I e II.

Destaco o Art. 5º, da Resolução 11/77, quando aponta que, sob a forma de estágio supervisionado, deveria ser realizada a Prática de Ensino, a qual deveria ocorrer “através de convênio pela Universidade em cursos e demais atividades de extensão artísticas”.

Outro trecho que chama atenção é o do Parágrafo Único, da então mencionada resolução, quando discorre sobre a possibilidade das disciplinas obrigatórias para determinada habilitação, poderem ser estudadas como optativas em outra. Tal concessão parece ser uma dicotomia, pois, se de um

lado, era uma oportunidade para adquirir maiores conhecimentos para a prática educativa, de outro favorecia, ainda mais, o que intitulo de “desvio”, visto que o egresso, no exercício na sala de aula, tinha que dispor de conhecimentos – pelo menos básicos – da área que ele não cursou. Neste caso, via-se “obrigado a desempenhar” as outras habilitações, dada a atuação generalista comum ao professor de Educação Artística. Oportunamente, lembro que a referida legislação facultava ao aluno interessado em outra habilitação, que não a escolhida, cursar uma por vez.

Em 1983, a Resolução 11/77 foi reformulada pela Resolução 05/83, que alterou a estrutura curricular do curso e deu outras providências. Nesta, o currículo teve um acréscimo total para 2.610 horas, passando, nas disciplinas de currículo mínimo, para 1.725 horas. As disciplinas complementares optativas passaram para 330 horas, com uma diminuição para 555 horas nas disciplinas complementares obrigatórias. (UNIVERSIDADE..., 1977).

O curso continuou com a oferta das habilitações em Artes Plásticas, Música e Artes Cênicas, mas houve algumas grandes alterações. O Art. 4º, da Resolução 11/77 falava que a forma da sua estrutura curricular tinha influência das “habilitações específicas e das disciplinas de formação pedagógica”. Na nova resolução, o Art. 3º trata do assunto, mas não fala mais sobre disciplinas de formação pedagógicas, muito menos das suas influências no currículo. (UNIVERSIDADE..., 1977).

Esta lacuna pode ser atribuída como mais um dado importante para favorecer um distanciamento do caráter de docência do curso. Talvez seja um resultado da influência dos alunos, que, na sua maioria, não queriam fazer o curso para atuarem como professores, almejando outras atividades da área. Esta dedução é possível a partir das minhas memórias como aluna da mencionada Licenciatura. Trata-se de uma situação ainda vigente, como se depreende dos resultados, registrados nas pesquisas realizadas pelo GPEAV-UFPB (NASCIMENTO; SILVA; CLEMENTE, 2009).

Algumas disciplinas da Parte Comum e do Currículo Mínimo continuaram com o mesmo formato, como: Fundamentos da Comunicação e Expressão I e II, Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º e do 2º Grau, Psicologia V e Didática. Outras sofreram algumas mudanças, sendo o caso de Estética e História da Arte, que se tornaram uma só, ficando estabelecida em I

e II. Outras foram retiradas, como: Formas de Expressão e Comunicação Artística I, II, III e IV e Folclore. Algumas foram acrescentadas, como é o caso da Oficina Básica das Artes I, II e III; Oficina Básica de Fotografia e Cinema. No tocante à Parte Específica de Artes Visuais, mantiveram-se todas as que, antes, eram ofertadas, não havendo nenhuma alteração.

No Art.4º, em seu inciso 1º, é atribuída 30 horas de atividade aos créditos das Práticas de Ensino, que tem a forma de Estágio Supervisionado. O inciso 2º atribui às supervisões das Práticas de Ensino à Coordenação do Curso com a assistência do Departamento de Metodologia da Educação, do Centro de Educação. Ambas as situações não existiam na Resolução anterior e traziam uma busca por uma melhor especificidade. Os demais assuntos, tratados na Resolução anterior, continuaram no mesmo formato desta que ora é analisada. (UNIVERSIDADE..., 1977).

No ato desta pesquisa foi encontrado em arquivo da UFPB, um documento que mediante a raridade de outras informações, atribuo significativo valor. Este documento, sem timbre e sem data, denominado apenas como Curso de Educação Artística – Licenciatura Plena, repassado gentilmente pela PRG-CCP, consta, pelo menos, duas informações diferenciadas, que não estão registradas em nenhum outro documento oficial da época. A primeira é que o reconhecimento nacional do Curso de Licenciatura em Educação Artística ocorreu no dia 16 de abril de 1979, sob o decreto Presidencial nº 83.328. A outra é uma significativa alteração na definição do Perfil do Profissional do Curso, com a seguinte afirmação:

O Arte-Educador realiza estudos e pesquisas na área de Educação Artística, envolvendo programas comunitários de atuação; ministra aulas, focalizando aspectos com o som, forma, cor e movimento, em escolas especializadas; prepara e organiza programas para realização de atividades artísticas relacionadas com as habilidades específicas (Artes Plásticas, Artes Cênicas, Desenho e Música); atua também em instituições de pesquisas; leciona em escolas. (DOCUMENTO DO ARQUIVO DA UFPB, 19-?)

Quanto ao cenário dual sempre presente, sirvo-me mais uma vez da reflexões de Nascimento (2005) que, em sua tese de doutorado, denominada

”Mudanças nos nomes da arte na educação: qual infância? que ensino? quem é o *bom sujeito* docente?”, mais diretamente no seu capítulo 4º, discorre elucidamente e com bastante precisão sobre o perfil do professor. Revela, também, as tensões vivenciadas nos tempos da nomenclatura “Licenciatura em Educação Artística”, declarando:

Oficializou-se, então, uma acirrada oposição entre princípios embaixadores das denominações *educação artística* e *arte-educação*, a ponto de assumirem, no Brasil, conotações políticas e pedagógicas divergentes quanto à maneira de ver, dizer, agir e ensinar, diferenciando-se, inclusive, das adotadas em outros países. (NASCIMENTO, 2005)

Todas estas deduções, juntamente com outras peculiaridades, como o caráter polivalente “exigido” na prática escolar, agregaram-se ao perfil dos Licenciados em Educação Artística. Era uma formação inicial, que pode ser considerada “um tanto quanto híbrida”, pois, também me servindo de minha própria experiência pessoal, tinha poucos “fundamentos conceituais e instrumentos didáticos e metodológicos”. Só algumas posturas e ensinamentos de determinados discentes faziam uma “ligação” com a sala de aula, com os alunos e com o cotidiano da escola. Isso ocorria, suponho, por muitos serem artistas e não professores com formação, de modo que os formandos que conseguissem “penetrar nesse novo mundo seriam valentes desbravadores”.

Ouso afirmar que faltava, entre outras condições, uma sistematização do processo de ensino e aprendizagem, fundamentado em teorias e práticas educativas capazes de atender aos desafios da contemporaneidade, superando os “vazios e fragmentos” até então vividos. Necessitava-se de uma formação capaz de gerar significado para a arte na educação, promovendo ao egresso um aprendizado relevante e fundamental no ensino acadêmico.

### 2.3 AS CRÍTICAS DO MOVIMENTO ARTE-EDUCAÇÃO À LICENCIATURA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

A configuração do quadro conjuntural vivido no antigo Departamento de Artes e Comunicação (DAC), na UFPB, parece estar proporcionalmente interligada ao que encerrava e permeava a problemática das diversas



concepções da arte e as mudanças na denominação da disciplina, fato que me apporto, nos vários trechos do estudo de Nascimento (2005, p.162):

A maior parte dos “murmúrios” que circulam no presente, associados à denominação *educação artística*, foi disseminada, principalmente, por livros didáticos, os quais, a partir da década de 1970, constituíram as principais fontes embasadoras das aulas de Arte no currículo escolar.

Naquele momento, naturalmente, a compreensão sobre o sentido da Educação Artística refletia muito o contexto da época

.é compreendida como uma maneira de expressar, por meio de atividades artísticas, vivências emocionais; de desenvolver uma forma pessoal de expressão; de descobrir e apreciar valores estéticos; de usar o lazer construtivamente; de desenvolver a criatividade; de incentivar atitudes de cooperação e iniciativa; de desenvolver o senso de individualidade e confiança; de adquirir hábitos de disciplina e concentração; de dominar técnicas, instrumentos e procedimentos expressivos; de desenvolver a habilidade de discriminar cor, forma, dimensão, espaço, harmonia. Esses enunciados evidenciam, por conseguinte, o caráter difuso, indefinido, generalizante e polivalente associado à denominação *educação artística* após sua institucionalização pela lei 5692/71 (NASCIMENTO, 2005, p. 162).

Diante do exposto, parecia pairar uma “nuvem de indagação” a respeito dos fundamentos sobre como se concebe o ensino das artes. Questões cruciais eram realizadas constantemente: para que serve a Educação Artística? Ou como trabalhar as artes na educação?

Apesar de todas as mudanças, este cenário ainda perdurou. Uma nova situação foi representada pelo movimento Arte-educação, como se depreende adiante:

[...] as denominações - *educação artística* e *arte-educação* - foram redimensionadas e reapropriadas para atenderem a projetos governamentais e intelectuais emergentes entre as décadas de 1970 e 1980. A designação *Arte-educação*, com suas diferentes grafias (*arte/educação*, *arte e educação* ou *arte & educação*), empregadas indistintamente e sem maiores implicações conceituais, estava associada, a despeito de

também ser empregada como sinônimo de *educação artística*, à tentativa, propagada por Read, de empreender uma efetiva articulação conceitual e metodológica entre arte e educação (NASCIMENTO, 2005, p. 163).

Tomando como base, a leitura e a análise do Capítulo 4, da citada Tese de Nascimento (2005), o movimento Arte-Educação, a despeito das outras grafias que lhe é atribuída, representava uma tentativa de atribuir e valorizar a categoria dos arte-educadores. Criticava veementemente a política e a pedagogia que até então estavam estabelecidas pela Ditadura Militar. Autores, como Herbert Read, representava a forte conexão da arte e educação, mediante conceitos e metodologias.

Com a oficialização da Educação Artística, com seu caráter polivalente e expressivista, houve, por parte de intelectuais e professores do campo das artes do setor universitário, a tentativa de uma ruptura. Apesar de ter mantido alguns dos preceitos basilares da educação pela arte, o esvaziamento de conteúdos conclamava mudanças nos perfis dos futuros arte-educadores.

Buscando o fortalecimento destes novos ideais foram fundadas as Associações de Arte-Educação nos mais variados estados do Brasil, tais como: Associação Nordestina de Arte-Educação (ANARTE), com seus vários núcleos, inclusive o da Paraíba, a Associação Gaucha de Arte-Educação (AGA), Associação de Arte-Educadores do Distrito Federal (ASAE-DF) e finalmente, em 1987, foi criada a Federação Nacional de Arte-Educadores (FAEB).

Esta soma de ações teceu uma estrutura com vistas ao fortalecimento do ensino formal e informal da arte-educação, nos mais distintos níveis. Isso contribuiu, efetivamente, para uma resistência da polivalência de feição excessivamente expressivista. A Educação Artística precisava ser suplantada e reconfigurada no território nacional, requerendo novos conceitos e metodologias mais próximas dos reivindicados pelo movimento da Arte-educação.

Em relação às mudanças que resultaram na criação da Licenciatura em Artes Visuais, pode-se afirmar o seguinte:

Se a criatividade era a questão central na vigência das denominações educação artística e arte-educação, é possível

afirmar que a preocupação nucleadora do *ensino da arte* passou a ser a preparação de sujeitos para analisar criticamente a produção artística consagrada e as demais imagens presentes na vida cotidiana. A oficialização da polivalência cedeu lugar à especialização. A articulação entre o fazer criativo e informação cultural, referendadas por narrativas históricas são premissas básicas da intervenção da arte na educação. O expressionismo, associado à noção de pureza e de clausura subjetiva, vem sendo paulatinamente suplantado pelo reconhecimento de que se aprende pela interação com o objeto e pela mediação cultural (NASCIMENTO, 2006, p.31-32).

A arte-educação ou o ensino das Artes Visuais na contemporaneidade revestiu-se de forma preponderante com um enfoque nas artes e nas visualidades, alicerçado por um espírito provocativo ou questionador. Exigiu-se uma mudança de denominação dada à nova visão, e conseqüentemente, uma substancial adequação na legislação, na estrutura curricular dos cursos da área. Educação Artística e Arte-educação foram redimensionadas para Artes e Arte/educação. É possível dizer que houve, no bom sentido, uma “conspiração” para uma mudança a ser implantada associada com forças advindas do caráter “inconformado” dos arte-educadores/as, em resposta às exigências de uma nova sociedade e de um novo mundo do trabalho.

Estas mudanças resultaram na criação da Licenciatura em Artes Visuais, assunto que será a pauta do próximo capítulo.

### **3 O QUE SE ESPERA DO EGRESSO DA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS? UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES OFICIAIS E DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

O processo permanente, peculiar da educação, tem o desafio de corroborar na formação profissional e gerar oportunidades iguais aos diferentes. É nessa expectativa histórica atual que, nesse estudo, busco obter maiores informações sobre a realidade universitária, atentando para o modo como vem contribuindo para a sociedade brasileira e paraibana. É uma forma de atentar também, para a maneira como essa instituição vem desempenhando sua função social a partir da inserção profissional, entre os quais se inclui os docentes.

De forma simples, podemos compreender que as mudanças de denominações da arte na educação estão proporcionalmente associadas às graduais e variáveis concepções de atuação dos sujeitos na sociedade, seus valores e conceitos.

O sujeito atual está imprimido um sentido de urgência, da multiplicidade, da ruptura nos discursos, da utilização frenética do avanço tecnológico, da globalização, que, dentre outras características, resultam, particularmente no âmbito da educação, de propostas associadas com a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a desconstrução de antigos padrões, no reforço das possibilidades de comunicação.

O Plano Estadual de Educação (2006-2016, p. 36) afirma que a UFPB tem como diretrizes o desenvolvimento acadêmico-científico; integração universidade-sociedade; modernização institucional; melhoria das condições básicas de funcionamento; aprimoramento da democracia interna. No entanto, entre os ideais escritos e a realidade há um conjunto de forças que se instalam, interna e exteriormente.

Sabe-se que não só a UFPB, mas todo o Sistema Educacional Brasileiro paulatinamente vem promovendo mudanças visando o cumprimento de acordos da política mundial, base de forças dos organismos internacionais. Tais transformações, desde início dos anos de 1990, têm se apresentado mais claramente, ao tempo que incentivam financeiramente programas e projetos.

Sobre essa influência, experimentamos uma incisiva presença internacional na Educação, como comunica LEHER (1999) em seu artigo denominado “Um Senhor da educação?”. O autor relaciona a política educacional do Banco Mundial como destinada à “periferia do capitalismo”, expressando-se da seguinte maneira:

Para compreender as ideologias que transformam a educação da América Latina, da África e de parte da Ásia, é preciso examinar os encaminhamentos do Banco Mundial, o ministério mundial da educação dos países periféricos (LEHER, 1999, p. 27).

Daí, embora não seja o intuito principal desse trabalho, mas ao descerrar sobre o resultado profissional de um conjunto de egressos, advindos da comunidade UFPB, Campus I – Curso de Licenciatura em Artes Visuais - provavelmente pode ser oportunizada uma sucinta problemática em estudo, uma significativa visão do resultado da política educacional em vigor e o quanto influência para determinadas ações da UFPB.

No site da UFPB, uma notícia, datada de 03 de setembro de 2012, no Jornal A Folha de São Paulo afirma que, entre 188 universidades brasileiras, a UFPB ocupa o 5º lugar no Nordeste, na análise dos aspectos como pesquisa, ensino e reputação no mercado de trabalho e inovação.

Em razão disso, é possível afirmar a UFPB vem, de forma resistente, seguindo a sua missão, mesmo fazendo parte de uma densa conjuntura que a oprime e que na qual também atua como opressora e disseminadora de regras e procedimentos acadêmicos.

É possível exemplificar essa condição mediante a criação e a manutenção dos diversos cursos e mestrados hoje oferecidos, entre os quais se destacam a Licenciatura em Artes Visuais e o Curso de Mestrado em Artes Visuais da UFPB/UFPE, que embora novos, vêm contribuído com significação para a formação de docentes e pesquisadores neste campo de estudo.

A UFPB, junto com o Curso de Licenciatura em Artes Visuais, e mais diretamente os que fazem parte deste departamento e da coordenação, como profissionais formadores imbuídos das suas responsabilidades éticas e pelo exercício da cidadania, não estão alheios ao seu tempo.

O curso foi elaborado, no início, juntamente com a comunidade discente, coordenado por uma comissão de docentes, responsável pela aplicação de um questionário para sondagem das expectativas e necessidades, além de encontros discursivos para participação da comunidade interessada.

A partir dos registros documentais, o sentido ético envolvido na atividade coaduna-se com as ideias discutidas por Guedes (2012), em aula ministrada, na disciplina de Ética do Mestrado profissional de Gestão de Aprendentes da UFPB, quando afirma que a responsabilidade, a partir da filosofia de Lévinas, implica uma resposta de um Eu diante de Outro. O outro se posiciona diante de mim e clama por uma resposta. A resposta mais imediata é aquela que expressa “eu estou aqui, com você”. Trata-se de um compromisso pessoal diante do outro, das suas carências e de seus reclamos. Isto é o que se convencionou chamar de “ética da alteridade”.

Foto 2 – Foto atual do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA-UFPB), sede administrativa e educacional da Licenciatura em Artes Visuais.



Fonte: <http://www.patostv.com/principal/?p=23830>

### 3.1 A LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DA UFPB A PARTIR DAS DIRETRIZES OFICIAIS - DCNS

As Leis têm acompanhado vários ciclos vividos pela humanidade. Alguns historiadores chegam até a declarar que as leis existiam antes da escrita, dada a necessidade da organização de princípios norteadores para a nossa convivência. Civilizações, como os hebreus e os gregos, fornecem bons exemplos de leis sistematizadas na antiguidade, como o conhecido Código de Hamurabi e os Dez Mandamentos. As leis gregas deixaram os mais influentes “legados” ao tempo presente.

Na tentativa de promover momentos de ação e reflexão em torno das problemáticas educacionais, inclusive os amparos legais que tem como base as condições de ensino e de aprendizagem da população de vários países, muitas iniciativas foram e são realizadas. Como exemplo, pode ser citado o Encontro Internacional promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, comumente conhecida por UNESCO<sup>1</sup>. Este órgão internacional, no período de 05 a 09 de março de 1990, na cidade de Jomtien – Tailândia -, foi responsável pela realização da Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1990).

No documento oficial, divulgado em meio eletrônico no endereço do órgão e publicado a partir do resultado do evento, a comissão enfatizou que o trabalho realizado considerou os seguintes aspectos:

- mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;
- mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias,

---

<sup>1</sup> Organismo internacional das Nações Unidas, que tem a missão de contribuir para construção de uma cultura de paz, para erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural por meio da educação, das ciências, da cultura e da comunicação e informação.(UNESCO, 2010, p.2)

que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais;

- mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais. (UNESCO, 1990).

Provocando o diálogo, faço algumas perguntas com a pretensão de mover o pensamento e provocar indagações:

- a) as universidades brasileiras, sobretudo as públicas, estão formando profissionais preparados para conviver e combater a realidade acima relatada?
- b) de que maneira as lideranças governamentais vêm contribuindo para a formação de profissionais, não só envolvidos com a nossa sobrevivência, mas também comprometidos com a luta contra as injustiças educacionais e sociais?
- c) as leis promulgadas estão sendo, efetivamente, praticadas?
- d) o que podemos fazer, como profissionais, para mudar esse fatídico quadro?
- e) Será que, ao concluir um curso de licenciatura, o mercado profissional estará receptivo ao ingresso do profissional ou terá interesse no desvio profissional para atender a outros interesses?
- f) Como podemos ser éticos, leais e resistentes para fazer valer as leis que entendemos como princípios ideais para vivenciar a prática educativa?

Após estas indagações inevitáveis, voltemos para o resultado da Declaração, mais exatamente para exposição dos artigos que objetivam sinalizar para as futuras ações dos participantes do evento e das demais instâncias sociais envolvidas:

Artigo 1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem;

Artigo 2. Expandir o enfoque – A educação para todos: Uma visão abrangente e um compromisso renovado;

Artigo 3. Universalizar o acesso à educação e promover a equidade;

Artigo 4. Concentrar a atenção na aprendizagem;

Artigo 5. Ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;



Artigo 6. Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;  
Artigo 7. Fortalecer as alianças;  
Artigo 8. Desenvolver uma política contextualizada de apoio;  
Artigo 9. Mobilizar os recursos;  
Artigo 10. Fortalecer a solidariedade internacional. (UNESCO, 1990).

Os artigos, destacados acima, demonstram um esforço coletivo dos países membros para atingir metas igualitárias na Educação, especificamente da Educação Básica. A proposta é construir um sistema, uma espécie de rede humanitária universal, que tem como intuito maior o respeito pelo ser humano desde a tenra idade, preocupando-se com a melhoria continuada e com patamares ascendentes de qualidade, promovendo a quebra de divisões sociais, econômicas e étnicas.

Iniciativas dessa natureza fomentam as criações das leis e as legislações concernentes à educação, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). As DCNs, obviamente, existem com o fim de adequar as necessidades de um povo no tocante ao seu processo educativo, contextualizando, não só com as questões da educação do país, mas com uma conjuntura internacional. As DCNs estão vinculadas às aspirações econômicas, políticas, culturais e profissionais para o desenvolvimento dos cidadãos que constituem a nação, contemplando todos os envolvidos no sistema, em suas especificidades, de forma hábil e objetiva.

No Brasil, além do Ministério de Educação e Cultura (MEC), os Conselhos de Educação Nacional e os Estaduais são os órgãos diretamente responsáveis pela sistematização, aprovação e edição da legislação educativa. São formados por representantes da classe de educadores, que desempenham, na forma de mandatos, suas funções de Conselheiros, opinando e decidindo sobre assuntos pertinentes com Educação Básica, Superior e Profissionalizante.

A elaboração das DCNs também são marcadas por controvérsias sobre as condições democráticas no momento que foram implementadas. Considero importante trazer algumas dessas controvérsias para a nossa análise, para dar ênfase na forma como se deu sua inserção no meio social.

De um lado, há uma diversidade de informações dispostas em sites que partem principalmente das instituições educativas, ilustrando o quanto as

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) foram veiculadas na imprensa nacional e como foram implementadas. Mostram que foram o resultado de profícuas e amplas discussões por parte dos componentes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), dos integrantes do Ministério de Educação e Cultura (MEC), bem como da participação da sociedade por meio de audiências públicas.

Para evidenciar esse panorama controverso, apoio-me em Neves (2000) quando declara sobre o Conselho Nacional de Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), duas instituições de notória distinção na área de educação, sobre rumos distintos nas deliberações acerca das legislações adotadas no final dos anos de 1980 e início da década de 1990:

Na atual década, tais entidades seguiram rumos distintos, ora aproximando-se do projeto liberal-corporativo da educação, ora reforçando a proposta democrática de massas, atualizada pela temática da qualidade de ensino, em face da mudança na organização do trabalho e da produção. (p. 6)

Merece destaque o Jornal eletrônico A Nova Democracia - nº 30 - de julho de 2006, que se diz, ao tempo da reportagem, como apartidário. Sob o título de “Estudantes defendem bravamente a democracia nas universidades”, este jornal traz informações mais atreladas ao curso de Pedagogia, porém não dissociadas das outras licenciaturas. Enfatizo então, o seguinte trecho:

Em março de 2005, foram surpreendidos com um projeto de "regulamentação" do curso de Pedagogia, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), propostas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão do Ministério da Educação — MEC. Estas DCNs são parte de uma série de medidas impostas, há anos, pelo sistema de governo aos cursos de licenciaturas, chamadas "reformas" curriculares — que **separam** licenciatura e bacharelado, ou seja, **desligam** a investigação científica do exercício da difusão do conhecimento. Esse é o denominador comum dos ataques sofridos pelos demais cursos de licenciatura e, agora, pelo curso de Pedagogia. O projeto do CNE, além de **limitar** a Pedagogia à docência, ainda excluía a formação em áreas de gestão, organização e pesquisa em educação. (NUNES, 2006)

A jornalista responsável pela reportagem, Ana Lúcia Nunes, enfatizando o ocorrido, ainda apresenta a foto abaixo:

Foto 3 - Estudantes de pedagogia em Ato Público de protesto as DCNs em Brasília



Fonte: Nunes, 2006

Sabendo que a formulação das DCNs está integrada a toda uma conjuntura política educacional, trago abaixo, para contribuir com a reflexão, parte de um texto que reflete sobre as forças políticas internacionais impostas ao Brasil e demais países da América Latina, a partir dos anos de 1990.

O Estado no Brasil tornou-se o promotor da privatização no campo social e educacional, enfraquecendo as instituições sociais, e algumas vezes se sobrepondo ao Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, aperfeiçoa novas formas de clientelismo, especialmente nas relações com as entidades privadas na esfera educacional: fundações, institutos de ensino, empresários de equipamentos e informática, editoras, empreiteiras, empresas de propaganda oficial e empresas do setor de alimentação escolar. Portanto, a natureza do processo privatizador excludente não está fora do Estado, senão dentro de sua própria estrutura e nos acordos pactuados com as

forças econômicas, político partidárias que o constituem historicamente. (SILVA, 2005, p. 6)

É possível dizer que o fato acima descrito elucida o contraditório e nos remete a compreender o estado de direito democrático que vivemos e também considerar parte dos caminhos percorridos pela luta dos que fazem a educação pública neste país.

Para evidenciar o panorama instaurado, servimo-nos ainda do mesmo autor acima citado, para de forma complementar emitir a seguinte descrição:

A privatização da educação pode se expressar em duas dimensões: uma, a redução e realocação de recursos estatais para a educação básica e superior, e a outra, a destinação de recursos públicos para o setor privado, seja pela concessão de benefícios tributários, seja pela isenção de impostos.[...] (SILVA, 2005, p. 6).

Assim, as citações reportadas anteriormente, de modo explícito, evidenciam que o próprio Estado brasileiro, por meio da sua liderança governamental, e outros aparelhos internacionais, providenciaram estrategicamente condições para retirar algumas obrigações que lhes cabiam e que eram resultados de uma antiga política social, até então estabelecidas, sendo paulatinamente suplantadas e reordenadas.

Então, em meio às atuais configurações políticas e sociais, as DCNs foram criadas através da Lei 10.861, em 14 de abril de 2004, e pela Portaria MEC/Nº 2.051, de 09 de julho de 2004. Abrangem os vários níveis educacionais, estando assim dispostas:

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores.

E especificamente há também as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais, bacharelado e licenciatura.

As DCNs são normas obrigatórias para o Ensino da Educação Básica. Foram criadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituída em 1996. Servem como balizadoras para o planejamento curricular e para o ensino nas instituições escolares, assegurando unidade na educação básica, metas e objetivos. As DCNs diferem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são apenas referências curriculares.

O Dicionário Interativo de Educação Brasileira, em sua página na internet assim se expressa sobre as DCNs:

A ideia das DCNs considera a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, incentivando as instituições a montar seu currículo, recortando, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que lhe convêm para a formação daquelas competências que estão explicitadas nas diretrizes curriculares. Dessa forma, a escola deve trabalhar esse conteúdo nos contextos que lhe parecerem necessários, considerando o tipo de pessoas que atende, a região em que está inserida e outros aspectos locais relevantes. (DIRETRIZES, 2013)

Nesse momento, o foco da reflexão pretende realizar uma análise das DCNs do Curso de Licenciatura de Artes Visuais, fazendo uma relação com à da Educação Básica. As Diretrizes Curriculares para o Curso de Artes Visuais foram votadas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, em 06 de dezembro de 2007. O Parecer é o de nº 280/2007, publicado em 24 de setembro de 2008, sob a presidência de Antônio Carlos Caruso Ronca e Alex Bolonha Fiúza de Mello como relator.

Vale destacar que as citadas DCNs contemplam o Bacharelado e a Licenciatura. Manteremos a concentração na Licenciatura em Artes Visuais, uma vez que é o objeto de estudo desta pesquisa.

No Parecer citado acima, documento que fundamenta a Resolução em análise, ao principiar a exposição, o conselheiro descreve sobre os encaminhamentos provocados pela Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação (SESu/MEC) para a formulação dos DCNs pelas Instituições de Ensino Superiores (IES). É conclamada a participação de amplos debates por diferentes esferas da sociedade, de modo a garantir uma elaboração rica e participativa. Para a sua fundamentação, fez-se um histórico sobre o ensino das artes no Brasil, que inicia como consta abaixo:

A organização do ensino das artes em grau superior no Brasil precedeu em muitos anos a organização desse ensino na educação básica e remonta à Academia Imperial de Belas-Artes (criada pelo Decreto-Lei datado de 1816, e que só começaria a funcionar em 1826). Apesar dessa tradição - a Academia constituiu-se numa das primeiras instituições de ensino superior no Brasil, junto com as escolas militares e os cursos médicos - e refletindo preconceitos entranhados em acadêmicos e legisladores, o ensino das artes na educação básica só se tornou obrigatório com a Lei nº 5.692/71, que instituiu a disciplina Educação Artística nos currículos de 1º e 2º Graus[...] (BRASIL, 2007).

Seguindo resumidamente o que fundamenta o conselheiro, descreve-se a importância da descentralização do ensino da arte, obtida a partir da oferta das graduações pelos organismos estatais. Diz que, a um só tempo, a legislação em vigor concorreu para promover a prática generalista e não um professor especialista para cada linguagem artística. Acrescenta ainda que a união de forças advindas de representantes das entidades de classe nacionais - como a Federação de Arte-Educadores do Brasil (FAEB) e internacionais, como a International Society for Education through Art (INSEA) - propiciaram debates de grandes repercussões em defesa da classe, o que resultou na contemplação das necessidades do bacharelado, como também das da licenciatura. Ajudaram a conceber o atual perfil profissional para os cursos superiores de artes (licenciatura e bacharelado), contemplados na Lei nº 9.394/96 - nova LDB. (BRASIL, 2007).

O relator ainda discorre sobre a problemática em torno da arte na educação, considerando em todo o corpo do Parecer a base das concepções da SESu/MEC, as resoluções em vigor, que influenciam positivamente para o documento em análise, a Lei nº 9.394/96 (nova LDB), a Constituição Federal a exemplo do artigos 32, 43 e o 210. No seu conteúdo expositivo é visível a presença de indicadores mínimos para o exercício da profissão, expressos no perfil desejado do formando, nas competências e habilidades, nos conteúdos curriculares, na estrutura geral do curso e no Projeto Pedagógico.

O Parecer aponta para a flexibilização e adequações defendidas pelas DCNs e ao mencionar sobre a sua função, diz que esta deve:

servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização

de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais (BRASIL, 2007).

Dando continuidade, destaca o ensino da arte com a especificidade nas linguagens artísticas e não nas generalidades, como era na vigência da Lei nº 5.692/71. Fala do quanto a Lei 9.394/96 tem proporcionado respaldo à área de arte, diferentemente de toda a legislação educacional já feita no Brasil. Enfatiza que, segundo a recomendação da SESu/MEC, para se atingir o perfil desejado os profissionais devem ser “habilitados para a produção, a pesquisa, a crítica e o ensino das Artes Visuais”. Considera para a formação “o desenvolvimento da percepção, da reflexão e do potencial criativo, dentro da especificidade do pensamento visual”.

Além disso, o documento em estudo determina a obrigatoriedade do ensino das artes visuais, nos diversos níveis da Educação Básica, e acrescenta que, tanto o bacharelado quanto o licenciado, dentro das suas especificidades, estão resguardada a condição de pesquisador.

Aos alunos, no início do período letivo, devem ser entregues os Planos de Ensino de cada “disciplina”, contendo: conteúdo, atividades, metodologia, critérios de avaliação e as referências bibliográficas.

Objetivando atender os avanços da ciência, da tecnologia, a nova ordem econômica, ambiental, política e social dispostas também no mundo do trabalho, a Resolução busca garantir para a formação do alunado, futuros professores, um ensino de qualidade, vivência de pesquisa científica e tecnológica, estímulo à criação visual, pensamento reflexivo e crítico e que são retratados na sentença que segue:

Em síntese, os conteúdos curriculares dos cursos de Artes Visuais devem considerar o fenômeno visual a partir de seus processos de instauração, transmissão e recepção, aliando a práxis com a reflexão crítico-conceitual e admitindo-se diferentes aspectos: históricos, educacionais, sociológicos, psicológicos, filosóficos e tecnológicos (BRASIL, 2007).

O aluno concluirá o curso quando, além das disciplinas e de atuar no Estágio Supervisionado, fizer seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), um trabalho monográfico sobre um tema das Artes Visuais, com defesa perante uma Banca. Integrado ao documento também estão as recomendações para que as Instituições de Ensino Superiores (IES) considerem o “aproveitamento do conhecimento” para o cumprimento da carga horária mínima do curso. Neste caso, incluem as atividades independentes e afins, como simpósios, congressos, monitorias, programas de iniciação científica, cursos, disciplinas e informações para elaboração do Projeto Pedagógico, conforme as concepções expostas.

A Resolução não deixou de contemplar o Programa Emergencial da Segunda Licenciatura para os professores que estão em exercício na Educação Básica, mas que não possui a formação pertinente. Este programa, que é coordenado pelo MEC, e cuja realização é das Instituições Públicas do Ensino Superior, embora esteja em fase de avaliação, está credenciado a fornecer a licenciatura a esta categoria de professores, que a pelo menos três anos leciona na área distinta a sua formação inicial.

À proporção que analisamos as DCNs para a Licenciatura, como disse anteriormente, e para poder previamente ter uma pequena visibilidade da atual prática educativa presente na vida profissional dos egressos do Curso de Artes Visuais da UFPB, mantive contato com técnicos da Rede Estadual de Ensino e obtive informação que estes já elaboraram, de forma contextualizada, desde o ano de 2007, seus Referenciais Curriculares como é indicado para as redes estaduais e, seguindo as orientações da LDB – Lei Nº 9.394/96

Afim tecer algumas críticas feitas em relação às DCNs, cito o artigo “ O que se espera do egresso da Licenciatura em Pedagogia? Breve estudo das Diretrizes oficiais para as Licenciaturas e de um Projeto Pedagógico de Curso, relativo ao curso de pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, cujos autores declaram:

[...] conclui-se primeiramente acerca da dispersão das expectativas sobre as competências do egresso, tanto nos textos das diretrizes oficiais, como no texto do projeto pedagógico do curso analisado [...] Outra questão emergente no contexto desta análise diz respeito à superficialidade com que a competência política é tratada nos documentos oficiais,



uma vez que aparece de modo implícito ou circunscrito à análise, proposição e avaliação de determinações legais. (NOWISKI, LARROCA E ROSSO, 2008).

Embora institucionalizadas, as Diretrizes nos revelam que, como sociedade, nossa luta no processo da cidadania tem um longo trajeto a ser travado e que, passo a passo, a prática profissional dos professores, nas mais variadas instâncias da sociedade, fundamentam consideravelmente este avanço sendo a universidade – ambiente e celeiro – que, talvez, possa fazer estrugir com mais intensidade estes conceitos.

### 3.2 O PERFIL DO EGRESSO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DA UFPB

Para fornecer parâmetros sobre a formação do egresso, o foco da análise passa a ser o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais (PPP - Licenciatura em Artes Visuais).

A análise deste tópico contempla o PPP-Licenciatura em Artes Visuais, que foi elaborando a partir dos fundamentos legais, como a LDB - 9.394/96 e a Resolução nº34/2004 do CONSEPE/UFPB. A criação desta Licenciatura foi recomendada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

#### 3.2.1 O que se espera do egresso da Licenciatura em Artes Visuais?

Conforme foi dito anteriormente, as mudanças ocorridas no cenário educativo paraibano de formação superior na UFPB não ocorreram de forma aleatória e unilateral. Dentre estas novas concepções e ações, merece destaque a elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais (PPP Artes Visuais/UFPB), finalizado em 2005. Consta, no documento, que foi elaborado de forma democrática e participativa, com uma efetiva participação da comunidade universitária e da sociedade interessada, apesar das comissões alternarem-se por diversos motivos.

É visível a preocupação com a adoção de padrões de qualidade concebidos pela UFPB para a formação da docência. Juridicamente, o projeto

está alinhado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e com a Resolução do CONSEPE/UFPB 04/2004, que diz respeito à Base Curricular para a formação Pedagógica dos Cursos de Licenciatura desta instituição.

Para colher dados para subsidiar a construção do PPP Artes Visuais/UFPB, foi elaborada, com a anuência da Pró-Reitoria de Graduação, uma avaliação do Curso de Licenciatura de Educação Artística. A finalidade era identificar as dificuldades, carências, expectativas e necessidades para a criação de um novo curso.

Trata-se de um Projeto ousado e atual que prevê seu acompanhamento e avaliação pelo Colegiado do Curso, cuja ação é predita no inciso 1º, do Art. 1º, da Resolução 48/2006, visando ao balizamento da realização do currículo. Esta avaliação ainda não foi realizada até este momento.

O projeto enfatiza, conforme consta em seu Artigo 1º e inciso também 1º, que é concebido como a união de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas para a formação profissional. Faz uma tentativa de adequar os profissionais às teorias e práticas emergentes na sua área de atuação, promovendo a integração de conhecimentos e de interfaces com outros saberes.

Na citada Resolução, que aprova o PPP Artes Visuais/UFPB, é prevista a criação de um programa especial de adaptação e equivalência curricular para os antigos alunos, que ainda estão em exercício no curso da Licenciatura de Educação Artística. O programa foi aprovado pelo Colegiado do Curso e homologado pelo Conselho Universitário – CONSUNI/UFPB.

O PPP Artes Visuais/UFPB constituiu duas modalidades de Curso em Artes Visuais: a Licenciatura e o Bacharelado. O Bacharelado tem uma habilitação em História, Teoria e Crítica de Arte. A Licenciatura em Artes Visuais foi criada em 2006, oficializada pela Resolução 48/2006. O Bacharelado passou a funcionar em 2013. (UNIVERSIDADE..., 2006b).

No momento de novas configurações, não só vivida pela UFPB, mas em outras universidades no território nacional, despertou-se para o debate, para o “assumir riscos”. Isto é demonstrado em iniciativas como a explicitada na obra intitulada *Trajelórias das licenciaturas da UnB: a experiência do Prodocência em Foco*, organizada por Maria Lídia Bueno Fernandes (2011). Trata-se de

uma pesquisa, subsidiada pela Capes, a qual registra as tentativas experimentais de compreender e contribuir com a implementação das novas práticas da arte/educação, de pensar e ampliar o campo de discussão com a preocupação desafiante de promover mudanças na formação dos docentes. Entre as suas ponderações, destaco um olhar que é dado sobre a proposta da matéria:

[...] vivemos num tempo histórico em que a visualidade, em todas as suas formas passou particularmente a ter uma grande força no cotidiano das pessoas. E, por isso mesmo, o papel do arte/educador passou a ter proeminência e como resultado assumiu uma dimensão essencialmente crítica (FERNANDES, 2011, p. 159).

O PPP Artes Visuais/UFPB, ancorado nessa nova realidade, traz ao curso mudanças, dispondo de um total de 2085 horas/aula, cuja quantidade de créditos no ato da matrícula por aluno, anualmente, deverá ser no mínimo de 18 créditos e no máximo de 28 créditos, com um total de 187 créditos.

O currículo ficou composto da seguinte maneira: Conteúdos Básicos Profissionais com carga horária de 1.590h/a, com 106 créditos, e Conteúdos Complementares, com carga horária de 1.215h/a, com 81 créditos. Estão classificados em conteúdos complementares obrigatórios (795h/a, 53 créditos), conteúdos complementares optativos (375h/a, 25 créditos) e em conteúdos complementares flexíveis (45h/a, três créditos). Cada crédito equivale a 15h/a. (UNIVERSIDADE..., 2006b).

Os componentes curriculares estão dispostos em disciplinas, atividades, estágios e outras atividades relevantes para a formação do professorado em artes visuais. O PPP Artes Visuais/UFPB prevê ainda componentes curriculares flexíveis, incluindo: atividades de iniciação à pesquisa e/ou extensão, seminários, discussões temáticas, atividades de monitoria, elaboração de trabalho de conclusão de curso, participação em eventos e oficinas e congêneres.

O Estágio Supervisionado está integrado aos Conteúdos Básicos Profissionais, sendo dividido em quatro períodos, com a duração total de 405 horas.

Aos alunos que ingressaram em períodos anteriores, no Curso de Licenciatura em Artes Plásticas, ficou estabelecido um Programa Especial de Adaptação e Equivalência Curricular a ser aprovado pelo Colegiado do Curso e homologado pela Pró-Reitoria de Graduação. Para os que ingressarem através do vestibular serão ofertadas 20 vagas. O alunado terá o mínimo de quatro anos (oito períodos) para conclusão do curso, ou ainda poderá integralizá-lo em no máximo seis anos (doze períodos), lembrando que o turno estabelecido para realização do curso é o da tarde.

Na Resolução mencionada, em seu item 1º, está escrito que o objetivo do curso é:

Habilitar professores para o ensino das artes visuais de modo a atuar em escolas de educação básica, escolas especializadas da área e demais contextos de ensino e aprendizagem, podendo ainda exercer atividades como pesquisador, produtor, agente cultural e outras especificidades do campo das Artes Visuais. (UNIVERSIDADE..., 2006a).

O item 2, do mesmo artigo, evidencia o perfil profissional almejado pelo curso, afirmando que será um profissional:

[...] dotado de formação intelectual e cultural, crítica e competente em sua área de atuação, com capacidade criativa, reflexiva e transformadora, nas ações culturais e artísticas inerentes ao seu mercado de trabalho e ao mundo contemporâneo. (UNIVERSIDADE..., 2006a).

O item 3 trata das Competências, Atitudes e Habilidades do egresso, descritas da seguinte maneira:

- orientar as escolhas e decisões metodológicas e didáticas por princípios éticos, políticos e estéticos e por pressupostos epistemológicos coerentes;
- cooperar na elaboração coletiva de projetos educativos e curriculares em Artes Visuais;
- compreender o papel social da escola e de outras instituições educacionais, promovendo uma atuação pedagógica que valorize o alunado e da comunidade, bem como as temáticas do mundo contemporâneo, devidamente articuladas com os objetivos do projeto educativo da instituição em que trabalha e as políticas nacionais e internacionais de educação;

- planejar e implementar atividades de ensino em Artes Visuais;
- possuir domínio dos fundamentos das artes visuais, tendo um conhecimento amplo de sua história e de suas apropriações em diversas culturas;
- ministrar aulas em Artes Visuais em escolas de educação básica, escolas especializadas, instituições culturais, em espaços não-formais e demais contextos de ensino aprendizagem, contemplando distintas possibilidades educativas desse campo;
- conceber ou articular procedimentos metodológicos na perspectiva da inclusão social e cultural;
- ter a capacidade de observar, identificar, selecionar, sistematizar, relacionar, analisar, sintetizar e re-elaborar as informações referentes às Artes Visuais articulando-as com o contexto atual;
- ter conhecimento e vivência dos materiais e das técnicas da área de Artes Visuais;
- atuar e intervir na produção e disseminação de conhecimentos em Artes Visuais;
- desenvolver trabalhos de pesquisa em equipes multidisciplinares elaborando e implantando projetos que abordem aspectos relacionados às artes visuais;
- participar ativamente, de questões relacionadas à categoria profissional e aos movimentos políticos e sociais. (UNIVERSIDADE..., 2006a).

O perfil do PPP Artes Visuais/UFPB aproxima-se das constatações traçadas por Nascimento (2005), em sua tese de doutorado, que objetivou destacar as mudanças operadas no perfil do que se considera um bom professor em diversos momentos da arte na educação no contexto brasileiro. Em relação ao contexto atual, evidencia-se o seguinte perfil:

Um bom sujeito docente passou a ser aquele que, a partir do repertório do alunado, busca e seleciona imagens de diferentes fontes e matizes culturais. É quem promove visitas e acervos diversos e favorece a construção de um olhar ampliado em relação a um cotidiano. Atua como mediador de saberes valorizados pela tradição intelectual, de saberes que apesar de serem importantes para outras formas de ordenação cultural foram estrategicamente silenciados e outros saberes que podem desencadear questionamentos relacionados com a constituição da subjetividade.

É quem tenta efetivar um ensino capaz de amenizar os obstáculos que atravancam o acesso cultural, a desconstrução de estereótipos culturais que inferiorizam o outro ou os que tendem a só enaltecer a si mesmo. É quem põe dúvidas nas

certezas do alunado e reconhece que estamos em constante mutação subjetiva (NASCIMENTO, 2005).

A partir daí, depreendo que o professor da atualidade, aqui exemplificado, entre tantas considerações e provocações, precisa estar integrado ao seu tempo, em constante ligação com o mundo do seu alunado, conectado não só com seus arredores. Precisa ainda buscar entender as distintas realidades e construir “pontes” que o levem a compartilhar consigo e com os discentes as infinitas possibilidades do ver e fazer arte, estimulando a inventividade e outras referências artísticas, o crescimento pessoal e profissional. É um docente que não só valoriza a cultura onde vive, mas daqueles que são diferentes dos referenciais culturais ocidentais.

Continuando as considerações do novo formato dado ao curso de licenciatura, a composição curricular sofreu uma considerável mudança em direção a uma contextualização dentro dos parâmetros artísticos e educativos. Destaco, adiante, as únicas sete disciplinas, antes oferecidas pelo curso de Licenciatura de Educação Artística, que permaneceram no Curso de Artes Visuais, embora algumas tenham sofrido alterações em suas ementas: *Fundamentos da Linguagem Visual, Didática, Cerâmica* (agora é oferecida na versão Cerâmica I e Cerâmica II), *História da Arte* (que passou a ser serial, I, II, III, IV e V), *Fotografia* (agora Fotografia I) e *Metodologia do Ensino das Artes Visuais*, que antes era Metodologia do Ensino das Artes Plásticas. O estágio supervisionado sofreu uma ampliação, abrangendo do I ao IV, e uma diversificação, englobando os diversos níveis e modalidades da educação básica em escolas formais, bem como as instituições culturais e sociais.

Quanto às demais disciplinas, há uma grande diversidade, o que nos dá uma dimensão da abrangência e maior importância adquirida, hoje, por este campo de conhecimento. Para dar uma pequena amostra do que afirmo, destacam-se algumas disciplinas com suas respectivas ementas: *Crítica de Arte I* (estuda a crítica e os métodos da História da Arte: a pura visibilidade, a iconologia e a Sociologia da arte. História da Crítica: de Diderot à crítica contemporânea. A crítica da arte e a teoria do gosto); *História do Ensino das Artes Visuais* (estudo contextualizado e comparativo das mudanças ocorridas no ensino das Artes e Ofícios, no Ensino do Desenho, nos Trabalhos

Manuais/Artes Aplicadas, na Educação pela Arte, nas Artes Industriais e na Educação Artística, analisando a produção escrita e visual, associada ao contexto conjuntural de cada período); *Análise das Linguagens Contemporâneas* (Análise de linguagens contemporâneas contextualizadas nas experimentações da arte povera, land art, body art, arte objetual, hiper-realismo, transvanguarda, arte matéria e arte efêmera. Vivência de técnicas de criação artísticas contemporâneas e assemblage. Articulações com o contexto paraibano e nordestino).

No item 10.7, o PPP Artes Visuais/UFPB discorre sobre as Atividades de Pesquisa. Este é um assunto muito importante para a preparação de um profissional, pois lhe provoca para uma articulação entre o ensino e a pesquisa. Trata-se de uma formação que aproxima o senso comum do conhecimento científico, de modo a atuar preparado e aberto às pesquisas, gerando um aprofundamento em seus estudos. Pode ser considerada como uma das etapas mais importantes da citada formação, tanto quanto o estágio supervisionado, tratado no item 10.10, o qual se estruturou para propiciar ao estudante da licenciatura uma experiência educacional em distintos campos da sua atuação.

Encerrando as ações mais diretamente atreladas às obrigações acadêmicas do alunado, e distintas do que comumente eram realizadas no Curso de Licenciatura de Educação Artística é descrito, no item 10.10, os parâmetros do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Trata-se de um fator preponderante na formação do estudante da licenciatura e da elaboração do PPP Artes Visuais/ UFPB.

Outro ponto que também merece destaque é o elenco de professores que formam o seu corpo docente, pois além daqueles que são do próprio departamento, há os que pertencem, por exemplo, aos Departamentos de Arquitetura, Psicologia e Ciências Sociais. É um elenco de profissionais capazes de proporcionar ao alunado a construção de uma ampla visão na formação profissional.

Conforme o PPP Artes Visuais/UFPB, no ano de 2006, dos treze professores do Departamento de Artes Visuais, apenas dois ainda não possuíam mestrado ou doutorado. Os demais estavam cursando ou já haviam concluído estes níveis de pós-graduação, o que me possibilita atribuir, que,

neste aspecto, o curso conta com um corpo docente de excelente e progressiva qualificação.

Quanto à estrutura física, o que inclusive foi um dos pontos apontados como negativo na pesquisa “A Vez e a Voz dos Feras: perfil, expectativas e necessidades dos “calouros” da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB (CÂMARA et al, 2009), realizada no curso e também analisada neste trabalho acadêmico, este item está sendo pouco a pouco atendido. As novas diretrizes traçadas pelo governo federal incluíram a construção e reforma de todos os prédios do antigo Departamento de Artes e Comunicação, atualmente Centro de Comunicação, Turismo e Artes. Vários prédios foram derrubados e reconstruídos, adequando as instalações de salas e laboratórios às necessidades atuais, renovando, ainda, todo o mobiliário e os equipamentos.

Como apoio extensivo ao curso, para locais de execução das suas práticas educativas, ainda conta com o Núcleo de Arte Contemporânea (NAC), instalado à Rua das Trincheiras, no centro da cidade. Este setor possui condições de realizar exposições, cursos e oficinas. A Pinacoteca, criada em 1987, por professores, técnicos e artistas plásticos, instalada na Biblioteca da UFPB, que entre seus objetivos estão a preservação, divulgação e o debate, do que é produzido na linguagem das artes visuais. Em convênio com Instituto lochpe, fundação que desenvolve programas de cunho educacional e cultural, foi criado o pólo Arte na Escola, também localizado na Biblioteca, e implantado em 1994, destacando-se em seu acervo as revistas especializadas, livros, catálogos, vídeos, DVDs, e outras peculiaridades da área, contribuindo para o enriquecimento profissional do alunado local. Este convênio só foi rompido no ano de 2013, momento de finalização desta pesquisa.

As mudanças ocorridas na concepção e nos documentos sobre o ensino das artes, especificamente na Paraíba, foram profundas e estruturais. Estão em consonância com o que vem sendo estabelecido no Brasil.

Para proporcionar uma visão mais rápida e sintética das diferenças e similaridades dos cursos em debate, exponho como apêndice um quadro demonstrativo, intitulado Comparativo Relacional dos Cursos de Licenciaturas de Educação Artística e Artes Visuais - UFPB. Diante do que nele exponho, é possível afirmar que, a partir do seu nascedouro, o Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPB tem fatores de grande avanço, como a participação



mais efetiva da comunidade escolar, as propostas de acompanhamento e avaliação, além do ato da inserção da formação acadêmica do bacharelado, com um currículo bem estruturado.

Considerando as novas concepções, é possível deduzir que o curso oferece condições de oportunizar a formação de profissionais bem preparados para o desenvolvimento do seu exercício, estando aptos a alcançar os objetivos traçados pelo curso. É possível dizer que os egressos deste curso são os pioneiros de um processo de renovação profissional, que tentam articular uma multiplicidade das formas que, atualmente, são utilizadas para manifestar as artes visuais e os critérios adotados para os cursos na atualidade.

No entanto, uma pesquisa realizada pelo GPEAV e citada neste capítulo (CÂMARA; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2010)), apresenta alguns contrapontos a esta nova conjuntura. Chama a atenção a práxis de alguns professores em relação as suas condutas, denotada pelo descumprimento dos horários, conduta descompromissada e metodologias insatisfatórias, fatos que, se não forem modificados em tempo hábil, substancialmente poderá comprometer algumas condições já alcançadas. Isso ocorre porque sabemos que estruturas físicas e equipamentos são incapazes de promover, por si só, desenvolvimento. Presume-se que o bom senso daqueles que fazem a liderança, mediante o conhecimento do resultado de dispositivos científicos, como trabalhos acadêmicos e avaliações, farão a contento as suas esperadas interferências.

Além destas mudanças cabe ressaltar o desatrelamento do curso do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA) e a criação do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) constituído pelos Departamentos de Artes Cênicas, Artes Visuais, Comunicação e Turismo, Educação Musical e Música. O CCTA oferece cursos de Graduação em Teatro, Artes Visuais, Educação Musical, Música, Música Popular, Regência de Bandas e Fanfarras, Jornalismo, Relações Públicas, Rádio e TV, Cinema, bem como o Mestrado em Música, Artes Visuais e Jornalismo Profissional.

Oportunamente, não se pode deixar de registrar e ressaltar que, de acordo com os resultados das pesquisas citadas, a qualidade do curso de Licenciatura está diretamente entrelaçada ao futuro estabelecimento do curso

de Bacharelado de Artes – com habilitação em História, Teoria e Crítica de Arte.

O bacharelado objetiva atender o potencial artístico e cultural do nosso Estado. A proposta do bacharelado, associada com a Licenciatura, pode ser associada a uma problemática que ainda perdura em torno dos que querem, basicamente, ser profissionais do ensino da arte e dos que almejam outros fazeres artísticos. Isto é notificado a partir da maioria do número de evadidos o que pode colaborar para um enfraquecimento conjuntural.

Esse curso formará os futuros bacharéis, contemplando e complementando a formação superior em várias modalidades de atuação no campo das artes no nosso Estado. Busca atender as necessidades atuais da sociedade.

Essa situação provoca-nos a pensar que, dado o anseio insistente e constante dos discentes – nos moldes do que já acontecia em relação ao Curso de Licenciatura em Educação Artística – estes deixam transparecer em suas rotineiras conversas informais e em suas respostas às pesquisas realizadas, que embora tenham feito vestibular para a Licenciatura de Artes Visuais, não necessariamente gostam da prática pedagógica. Inclusive, isto também pode ser notado quando os licenciandos são indagados e dizem do desejo que o curso de licenciatura tivesse mais disciplinas voltadas para o fazer artístico, típico do Bacharelado de Artes Visuais. Possivelmente, mesmo sem embasamentos investigativos mais direcionados, presume-se que tal iniciativa gerará um fortalecimento e um equilíbrio para ambas as categorias, corroborando para a elevação qualitativa dos cursos de Licenciatura e para a reestruturação das ações da UFPB.

A situação que insiste, é de certa forma, tão controversa que, até mesmo no tocante às antigas habilitações, estas ainda implicam diretamente no cotidiano escolar. Se no curso foram implementadas as mudanças, na realidade da rede estadual, para efetuação da prática escolar e inserção profissional, as mudanças ainda estão em lento processo. É possível deduzir que entre os 223 municípios estaduais, apenas na cidade de João Pessoa, os professores pertencentes à rede municipal, lecionam especificamente na linguagem artística que se formaram, como confirma a pesquisa feita por (PENNA, 2013a, 2013b).

Ainda no ano de 2013, o último concurso realizado pela Rede Estadual da Paraíba não seguiu as determinações instituídas a partir da criação dos distintos cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Música e Licenciatura em Artes Cênicas, que entre outras peculiaridades tornam nulas as atuações de acordo com as antigas habilitações.

Sendo funcionária da Secretária de Estado da Educação e, tendo atuado em órgãos diretamente ligados à futura contratação destes docentes, tive a oportunidade de provocar discussões com o objetivo de gerar a possível solução do problema. Porém, por questões de prazos legais, como organismo estatal, outros encaminhamentos foram seguidos, visando diluir fracionalmente tal questão. Para o próximo concurso, a partir da construção do seu Edital, há o compromisso de contemplar, na íntegra, o que consta na referida Resolução nº 48/2006.

Essa condição legal, acima citada, já havia propiciado no penúltimo concurso estadual, precedência para abertura de Processos Jurídicos movidos por profissionais da área de artes, que se sentiram lesados para o exercício docente. Pelo entender dos que fazem o Governo do Estado, os Professores de Artes Visuais não poderiam ser contratados como professores de Educação Artística, denominação constante no Edita., Porém, foi o próprio Estado que não atualizou o seu conhecimento e conseqüentemente seu Edital no que tange à mudança do Curso de Educação Artística em relação aos Cursos de Artes Visuais, Música e Artes Cênicas. Diante do impasse, ao fim foi efetivada a posse dos concursados.

Diante do exposto, essas condições estão intimamente ligadas ao efetivo entendimento e respeito da realidade de mudança dos cursos de Artes Visuais, e conseqüentemente da atuação do novo egresso, o que nos faz entender que embora tenha tido um grande avanço em termos da educação superior na Licenciatura de Artes na UFPB, ainda persiste o estigma ao egresso do atual curso.

### 3.3 O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE – E O PERFIL DO EGRESSO DA LICENCIATURA DE ARTES VISUAIS

Conforme informações expostas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o ENADE é um exame avaliativo, uma modalidade de política pública, criada pelo Governo Federal, elaborado por especialistas orientados pelas Comissões Assessoras de Área. É um exame de cunho obrigatório para o alunado dos cursos de graduação que, mediante seleção, participam da atividade. (INSTITUTO..., 2012).

A finalidade do exame é avaliar o desempenho dos alunos em relação aos conteúdos programáticos propostos com base nas diretrizes curriculares do curso que estão matriculados. No documento de “Apresentação do Relatório de Cursos” em 2011, é possível “aferir as habilidades para ajustamento às experiências decorrentes da evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento”.

A participação do exame fica atrelada à entrega do histórico escolar do selecionado e não está vinculada a possível irregularidade de pagamentos de mensalidades à instituição formativa, ficando, neste mesmo documento da sua vida acadêmica, a anotação quanto à presença ou não no processo.

Conforme também consta na Apresentação do Relatório de Curso do ENADE 2011, a duração da prova foi de quatro horas e “foi operacionalizado por meio de uma prova, do Questionário de Percepção sobre a Prova e do Questionário do Estudante”. Este primeiro questionário tem o objetivo de construir o perfil dos participantes.

Antes da prova do ENADE, o aluno terá um prazo de até 30 dias para responder o questionário sócio-econômico-cultural. Depois, em data previamente agendada, o aluno fará a prova no município em que está localizada a instituição que faz parte, ou se tratando dos cursos de modalidade de Educação à Distância (EAD), no pólo sede. Em caso de ausência, terá o prazo de 10 dias para a justificativa.

Foi no ano de 2004 que houve, pela primeira vez, esse processo avaliativo dos cursos de graduação. O intervalo previsto para sua realização é de, no máximo, três anos para cada área do conhecimento. Esse exame está vinculado ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES),

sendo aplicado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Mediante seus resultados, o MEC, entre diversas ações, propõe indicadores de qualidade para instituições de ensino e seus cursos, bem como mecanismos de regulações para o ensino do 3º grau.

O Índice Geral dos Cursos das Instituições (IGC) é usado para avaliar a qualidade de cursos de graduação, mestrado, e doutorado. As notas um e dois são consideradas insatisfatórias, três razoável, já quatro e cinco são tidas como boas.

A Portaria Inep nº 238 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial em 05 de agosto de 2011, Seção 1.págs. 51 e 52, em seu Artigo 4º, especifica que a avaliação do ENADE 2011 terá como objetivo avaliar:

- I - as competências e habilidades fundamentais para a atuação do professor em Artes Visuais;
- II - a compreensão das relações entre visualidade, educação e cultura;
- III - o conhecimento das dimensões teórica, metodológica e curricular do campo da educação em Artes Visuais; (INSTITUTO..., 2013).

No que diz respeito ao perfil profissional esperado, seu Artigo 5º considera:

- I – conceber, propor e desenvolver projetos pedagógicos em artes visuais, em ambientes de educação formal e não-formal;
- II – abordar criticamente a educação em artes visuais em face da diversidade e complexidade da contemporaneidade;
- III – pesquisar as relações entre visualidade, educação e cultura;
- IV – orientar processos de criação de poéticas visuais, em diferentes suportes e meios;
- V – interpretar a cultura visual nos diversos contextos de produção e circulação;
- VI – compreender o campo das artes visuais em suas dimensões histórica, social e cultural;
- VII – fazer uso das tecnologias de imagem, da informação e da comunicação, além de técnicas e procedimentos tradicionais;
- VIII – reconhecer e incorporar a diversidade sociocultural na prática docente. (INSTITUTO..., 2013).

E no tocante às competências e habilidades estudantis no processo da formação, o Artigo 6º explicita:

- I - compreender o sentido das artes visuais na educação e da educação em Artes Visuais;
- II - compreender as relações entre a Cultura Visual e Educação em Artes Visuais,
- III - conhecer e fazer uso dos processos pedagógicos em Artes Visuais em espaços de educação formal e não-formal;
- IV - compreender os campos conceituais que envolvem a imagem visual e as relações entre a teoria, a história e a crítica da cultura nas Artes Visuais;
- V - conhecer e fazer uso dos fundamentos da linguagem visual, de suportes e técnicas de criação visual;
- VI - entender, conhecer e fazer uso das poéticas contemporâneas das Artes Visuais;
- VII - valorizar a diversidade dos sujeitos e das produções visuais e culturais;
- VIII - conhecer, valorizar e fazer uso compartilhado dos patrimônios culturais material e imaterial. (INSTITUTO..., 2013).

Fazendo uma relação e tomando como referência e exemplo o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, também analisado neste capítulo, verifico o quanto estes documentos reguladores estão dispostos de forma análoga, o que presumidamente nos sugere efetividade positiva. Porém, em nota intitulada “Mais de 680 instituições são “reprovadas” pelo MEC”, do jornal A Folha de São Paulo, datado de 17 de novembro de 2011, a publicação de resultados da avaliação de instituições do ensino superior do ano de 2010, provocam-me a pensar, que, na ponta do processo educativo, na qual está o alunado, alvo da aferição, a apropriação destes conceitos e ações não tem tido, ainda, um fim tão satisfatório. Para oportunizar esta leitura exponho abaixo os referidos resultados encontrados pertinentes ao curso de Artes (Quadro 1), em algumas universidades brasileiras:

Quadro 01 - Índice Geral de Cursos de Artes em algumas IES

<b>Instituições de Ensino Superior</b>	<b>Unidade Federativa</b>	<b>IGC</b>
Centro de Belas Artes de São Paulo	São Paulo	3
Escola de Música e Belas Artes do Paraná	Paraná	1

Faculdade de Artes do Paraná	Paraná	2
Faculdade de Artes Dulcina de Moraes	Distrito Federal	3
Faculdade de Artes, Ciências e Tecnologias	Bahia	2
Faculdade Paulista de Artes	São Paulo	2

Fonte: Jornal A Folha de São Paulo, 17 de novembro de 2011.

Neste ano está prevista a inscrição em torno de 500 mil candidatos para participação das provas que ocorrerão no próximo dia 25 de novembro de 2012, às 13 horas, horário de Brasília. A avaliação será composta de 40 questões de ordens gerais e específicas para os cursos “nas áreas de administração, ciências contábeis, ciências econômicas, comunicação social, design, psicologia, relações internacionais, secretariado executivo, e turismo. Além das habilitações em tecnologia das áreas de gestão comercial, gestão de recursos humanos, gestão financeira, logística, marketing e processos gerenciais”. O que abrange 8,8 mil cursos de graduação em volta de 1,2 mil municípios pertencendo

Este exame foi realizado, a exemplo de anos anteriores, como os de 2009, 2010 e 2011, em junho passado, em Brasília, para, pelo menos 800 convidados e entre eles os representantes de Instituições de Educação Superior (IES), os Seminários ENADE 2012, que incentivou a problematização sobre o SINAES, em assuntos relativos ao ENADE, no que é pertinente ao INEP e aos IES.

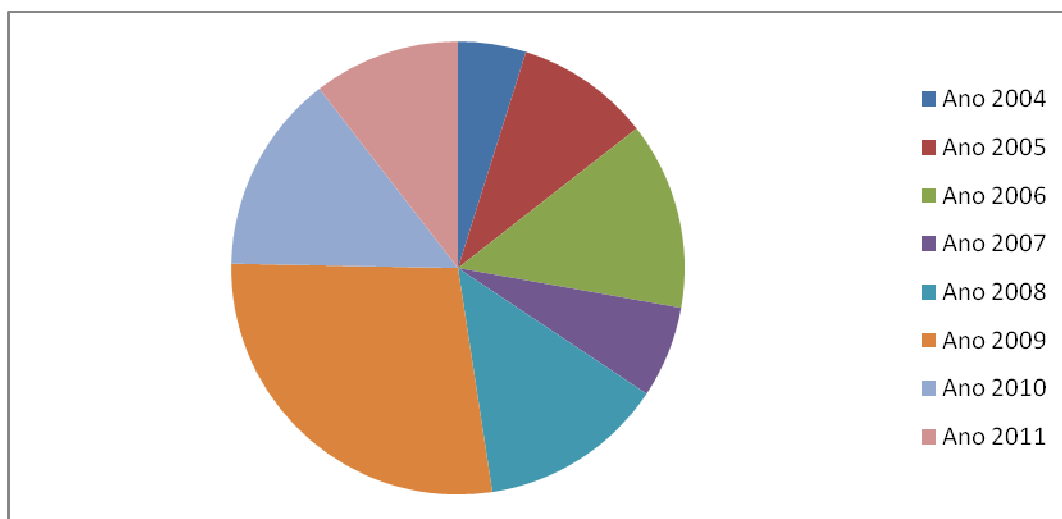
O atual presidente do INEP, Luís Carlos Costa, considera o exame como um “instrumento de melhorias” do Ensino Superior do Brasil, e destaca que a participação, já atingiu o número de 6,4 milhões de estudantes e 2.377 e instituições.

Tendo como fonte o Banco de Dados do ENADE na página do MEC, a quantidade de participantes, estudantes habilitados por ano, em números teremos:

- Ano 2004 – 140.340
- Ano 2005 – 277.476
- Ano 2006 – 386.860
- Ano 2007 – 189.602
- Ano 2008 – 382.313
- Ano 2009 – 802.534
- Ano 2010 – 411.357
- Ano 2011 – 302.900

Para comparar a amplitude desta ação, visualizaremos, abaixo, por meio de gráfico, conforme indicadores do MEC:

Gráfico 01 - Indicadores do Número de Participantes do ENADE 2004-2011



Fonte: Banco de Dados do Enade, página do MEC - 2012

Trazendo para nossa realidade, consta no Manual de Cronograma de 2011, em sua pag.13, que por meio da Portaria Normativa nº 8, de 15 de abril de 2011, publicada em 18 de abril do mesmo ano, no Diário Oficial da União, nº 74 – Seção I, página 15, que o curso de Licenciatura de Artes Visuais teve uma participação de 45 presenciais e quatro virtuais da UFPB. O período de aplicação, para a avaliação ser respondida eletronicamente, foi compreendido entre o dia 07 de outubro ao dia 06 de novembro de 2011. Essa participação, conforme informação emitida por técnicos da Comissão Permanente de



Melhoria de Ensino (CPME), órgão da UFPB, são de 36 estudantes participantes.

Segundo informes contidos no Relatório da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (INEP/MEC) - em Brasília, de 07 de Dezembro de 2011, “estão em situação regular junto ao ENADE 2011, na condição especificada abaixo, tendo atendido ao que preceitua o parágrafo 5º, do Art. 5º, da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004”.

Todos os alunos ingressantes do Curso de Licenciatura de Artes Visuais foram dispensados e não fizeram parte do processo, porém todos os concluintes estavam na condição de participantes, sendo um total de 13 (treze). Tal configuração de isenção, para os alunos que se matricularam na universidade no mesmo ano de realização da referida avaliação, deu-se mediante determinação da Portaria Normativa nº 8, conforme comunica o Manual do ENADE 2011.

Ainda está sendo esperado para este ano, o resultado da avaliação realizada pelos cursos da UFPB. No entanto, abaixo e de antemão, para suscitar um melhor entendimento da sua estrutura, exporei o Quadro 2, autoexplicativo, encontrado na própria prova, sobre a disposição das suas questões:

Quadro 2 - Disposição das Questões Constantes na Avaliação do ENADE

<b>Partes</b>	<b>Número das questões</b>	<b>Peso das questões</b>	<b>Peso dos componentes</b>
Formação Geral/Objetivas	1 a 8	60%	25%
Formação Geral/Discursivas	Discursiva 1 e Discursiva 2	40%	
Componente Específico/Objetivas	9 a 35	85%	75%
Componente Específico/Discursivas	Discursiva 3 a Discursiva 5	15%	

Questionário de percepção da Prova	1 a 9	-	-
------------------------------------	-------	---	---

Fonte: Instruções da Prova de Artes Visuais ENADE 2011, pag. 1

Quanto aos assuntos inseridos na avaliação de 2011 para o alunado de Licenciatura de Artes Visuais, dentre outros, cito: a educação de jovens e adultos, a educação a distancia, a cidadania, o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente, a comunicação, a tecnologia da informação, o patrimônio histórico, os movimentos artísticos, a cultura visual, o artesanato, a cultura brasileira e os suportes e técnicas das artes visuais.

No que diz respeito aos conteúdos e estrutura organizacional da avaliação, é possível concluir que, a partir do que foi exposto na Prova de 2011, esta se configurou com um ótimo padrão, tendo perguntas claras, bem elaboradas, com coerente harmonia, contextualização, complexidade e pertinência.

O ato de avaliar todo um processo educativo realizado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) é algo recente, e por isso, ainda caracteriza-se como possuindo “generosas doses de fragilidades e experimentos”. Progressivamente migrará para o estabelecimento e fortalecimento destas condutas, que promovem a qualificação pessoal, profissional e o desenvolvimento de organizações educativas do nosso país.

Como proposição final desse item, exporei o resultado do ENADE, que conforme Relatório de Curso – ENADE 2011 foi realizado em 06 de novembro de 2011, em 1356 municípios, e totalizando 1883 locais.

Porém especificamente, tratarei do resultado decorrentes dos 14 (quatorze) participantes do Curso de Licenciatura de Artes Visuais da UFPB, notificando que o conceito adotado como explica o referido documento “depende de duas variáveis: o desempenho dos estudantes Concluintes no Componente de Conhecimento Específico, (30 questões da prova, correspondendo 75% da nota final) e o Desempenho dos estudantes Concluintes no Componente de Formação Geral (10 questões da prova, correspondendo 25% da nota final)”.

Reproduzindo o quadro divulgado (Quadro 3), sabendo que estes variam de 1 a 5 e cujo valor aumenta mediante o melhor desempenho no exame,

temos na página que se segue, e em destaque o conceito do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba.

Quadro 3 - conceito do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba.

<b>Conceito ENADE</b>	<b>Notas finais</b>
1	0,0 a 0,94
2	0,95 a 1,94
3	1.95 a 2,94
<b>4</b>	<b>2,95 a 3,94</b>
5	3,95 a 5,0
Sem Conceito	

Fonte: Relatório do ENADE 2011, p. 5

De modo audacioso, é possível atribuir a esse resultado a categoria de “Muito Bom”, dada à proximidade com a nota máxima e por manter uma boa colocação. Assim, é notório que estamos bem posicionados como IES.

Comparando as notas médias do **Resultado Geral** dos concluintes do Curso de Artes Visuais da UFPB, com os demais do território nacional, temos:

**IES paraibana (UFPB) – 58,2**

**Brasil – 51,1**

**Quanto a Formação Geral:**

IES paraibana (UFPB) – 59,5

Brasil – 51,5

**E quanto a Específica:**

IES paraibana (UFPB) – 57,8

Brasil – 51,0

As políticas públicas oferecidas pelo Governo Federal pretende contribuir, através do ENADE, para “uma educação superior de qualidade, justa e democrática”, capaz de “refletir sobre seus compromissos políticos-pedagógicos e suas práticas” e desta forma “promover igualdade de oportunidades e justiça social”. As informações colhidas nesse instrumento deverão proporcionar aos que fazem as IES, uma fundamental ferramenta para gestão organizacional, que trará à luz, as melhores condições para a valorização dos cursos, como o de Licenciatura em Artes Visuais.

#### **4 EGRESSOS DA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DA UFPB E INSERÇÃO PROFISSIONAL**

"O trabalho afasta de nós três grandes males: o tédio, o vício e a necessidade". (Voltaire)

Dado o caráter do processo de investigação adotado por esse estudo, é possível afirmar que se trata de uma pesquisa mista, de feição predominantemente qualitativa. Quanto aos objetivos pode ser considerada exploratória. Serve-se de uma análise documental e da aplicação de questionários para coletar os dados sobre "o que se espera" e "como estão se inserindo profissionalmente os egressos da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB.

Quando se diz que uma pesquisa é exploratória, deseja-se afirmar que o seu objetivo é

proporcionar familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 1991, p. 45).

Quanto à abordagem do problema, pode-se dizer que é uma pesquisa qualitativa porque considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (SILVA; MENEZES, 2000.)

Trata-se também de uma pesquisa documental porque se serve de arquivos documentais da UFPB, especialmente o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais e das Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação e Cultura (MEC). É também uma pesquisa de campo ou empírica porque utiliza instrumentos, como a observação, a experiência pessoal do pesquisador, além da utilização de questionário.

Neste momento, trataremos mais diretamente da coleta de dados, aplicada com o uso de questionários, denominados de Formulário de Consulta

aos Egressos da Licenciatura em Artes Visuais (CCTA-UFPB). As respostas dos egressos foram obtidas mediante a permissão do(a) entrevistado(a) e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que também se encontra nos apêndices.

Respaldada nas normas éticas da pesquisa aplicada a seres humanos, que diz respeito ao sigilo das informações colhidas, preservação do anonimato e demais informações relativas ao preenchimento, o Formulário constou inicialmente de uma Apresentação, com dados preliminares da pesquisa, importância da participação do egresso e agradecimentos pela participação.

O envio do formulário foi seguidamente acompanhado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE). No envio em forma de convite, constaram os dados acadêmicos do meu orientador, dos meus (alguns dados pessoais e como pesquisadora) e informes peculiares à pesquisa. Neste breve documento, informou-se ao egresso sobre a importância da sua participação e dos seus direitos, na condição de voluntário.

Quanto ao roteiro de entrevista, optamos por uma estrutura semi-estruturada, dividida em dois itens: Perfil Profissional e Formação Profissional. Estes itens foram subdivididos, respectivamente, em quatro e quinze subitens, como se pode comprovar no documento em Apêndice B.

Os dados “brutos” da pesquisa foram analisados e tabulados, utilizando o Programa Microsoft Office Excel 2007, para originar gráficos e tabelas. O objetivo do estudo, explicitado no primeiro capítulo, fomentara as perguntas endereçadas aos egressos. O foco principal do questionário foi responder a pergunta geral: como os egressos da Licenciatura em Artes Visuais estão se inserindo profissionalmente? Esta pergunta foi acompanhada por outras perguntas complementares:

- Qual o perfil atual dos egressos do curso de Licenciatura de Artes Visuais da UFPB?
- Como os egressos da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB estão se inserindo profissionalmente?
- Que caminhos profissionais estão trilhando os egressos da licenciatura em Artes visuais da UFPB?

O universo da pesquisa foi determinado pelo número dos egressos formados nos anos de 2010 e 2011, ou seja, os primeiros alunos formados pelo Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPB. Totalizam doze egressos. Apenas um deles, após contato iniciado, não emitiu resposta; outro integrante da amostra estava em outro país e três não encaminharam retorno dos documentos da Pesquisa. A atividade foi concluída com o quantitativo amostral de sete participantes, o que totaliza 58,3%.

A coleta de dados abrangeu o mês de janeiro e a primeira semana de fevereiro do ano de 2013. Após o recebimento do Formulário, estes documentos foram imprimidos e arquivados, até final do prazo de recebimento, para só assim, ter início o tratamento do seu conteúdo.

Como determinado eticamente, para não identificados os egressos, na condição de autores e autoras das respostas a serem publicadas, optei em utilizar nomes fictícios e aleatórios. Os nomes foram atribuídos a partir do período da chegada dos citados formulários.

#### 4.1 PERFIL DOS EGRESSOS EM ARTES VISUAIS DA UFPB

Com relação à faixa etária, 57% dos participantes não declaram sua idade e 43% responderam – correspondendo uma média de 25 a 36 anos. Diante deste indicativo, posso considerar que, no período de finalização de seus estudos superiores, esses egressos tinham em torno de 23 a 34 anos.

Esta variação, tomando como base o Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2010, não possui relação direta com as classificações de idade no tocante à participação sequencial nas graduações em cursos superiores, que são de: 20 a 24 anos (2.232.882 alunos no curso superior), 25 a 29 anos (1.180.558 alunos no curso superior) e 30 a 39 anos (1.008.758 alunos no curso superior), 40 a 49 anos (444.751 alunos no curso superior) e 50 anos ou mais (208.994 alunos no curso superior), criando-se então, de modo peculiar, neste trabalho, outro intervalo de indicação, que está entre o último número ano da primeira classificação e aproximadamente a metade do número da terceira.

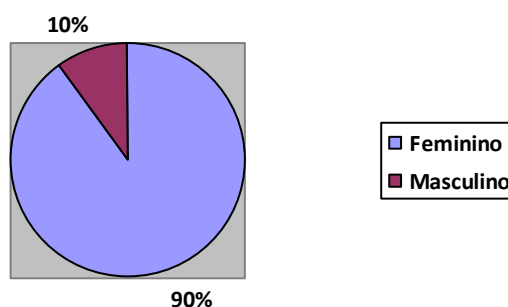
Os dados expostos pelo IBGE levam-nos a considerar que, alguns dos indivíduos pesquisados, que escolheram a Licenciatura em Artes Visuais, neste

citado intervalo, o fizeram após as idades mais comuns ao ingresso à universidade. É possível supor, ainda, que a escolha pode ter sido resultado, de uma certa maturidade e maior racionalidade. É possível presumir que houve ponderação das questões positivas e negativas da profissão, acompanhada de análise de vocações e tendências. A faixa etária provoca a pensar que a escolha do curso decorreu de uma decisão madura e significativa.

Ressalvamos, ainda, que, em razão do considerável número de não respondentes a este item, observo duas possibilidades: a primeira é que embora tenham lido e obviamente entendido, preferiram não expor esta condição; a segunda possibilidade é que, em meio a um tempo de superabundância de informação, a desatenção vem se tornando uma “vilã” dos mais apressados e, assim, suponho que tal questionamento não foi percebido.

Concernente ao gênero, 90% dos integrantes da pesquisa são femininos e 10% masculino. Este índice sumariamente representa que os egressos do curso de Artes Visuais, do período 2010/2011, são, na maioria, mulheres.

Gráfico 2 – Sexo dos egressos do curso de artes visuais



Fonte: Dados da pesquisa

Este dado não é nenhuma novidade haja vista que se trata historicamente de uma característica dos cursos da área de Magistério. Sendo que, no momento dessa inserção, este acontecimento foi bastante significativo na história, pois foi a única forma de ingresso da mulher no campo profissional.



Foi um acontecimento considerado como vanguardista. A esse respeito, é possível afirmar:

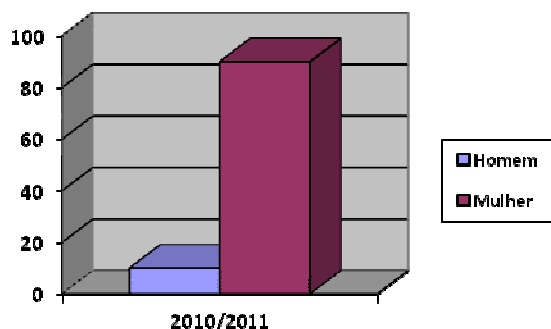
Por mais que a educação tenha passado por algumas mudanças na prática escolar, a feminização do magistério continua se perpetuando mais e mais, desvalorizando o papel da mulher docente ano após ano. E o homem continuou se distanciando das salas de aulas infantis. Percebe-se como a escolha profissional acaba sendo influenciada pelas representações existentes na sociedade, que têm suas bases na história da feminização do magistério, que divulga que as profissões consideradas movidas pela “emoção” seriam próprias das mulheres e as ligadas à “inteligência” seriam patrimônio exclusivo dos homens. (RABELO; MARTINS, 2006, p. 6167).

Desta forma, em pleno século XXI, ainda se perpetua, com bastante vigor, a disparidade de tratamento mediante o gênero, o que também é facilmente reverberado nas condições salariais. Ainda, apropriando-me das palavras dos autores mencionados, destacamos:

Com isso, a desvalorização da profissão foi aumentando, junto com a justificativa de que a mulher deveria ter o “dom” para o magistério e, assim, seu salário (que já era pequeno) poderia ser menor, até porque esse dinheiro não seria para sustentar a família, pois caberia ao homem essa função. (RABELO; MARTINS, 2006, p. 6167).

Desta maneira, no tocante aos homens que atuam na área do magistério, claramente podem, em geral, ser encontrados lecionando as disciplinas direcionadas do campo das ciências exatas. Visto que estas, socialmente, são apontadas como, compatíveis para os homens, os quais, culturalmente, e por muito tempo foi atribuído como àquele que, utiliza o uso mais aprofundado da razão. Assim o gênero masculino, mesmo com a baixa condição salarial, conferida à profissão docente, continuou, em alguns casos, financeiramente, em condições diferenciadas das profissionais do gênero feminino.

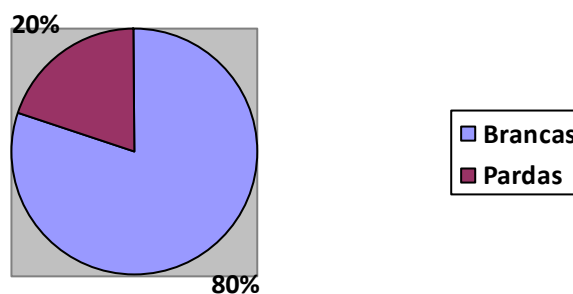
Gráfico 3 – Atuação na área do magistério por sexo



Fonte: Dados da pesquisa

Ao serem questionados sobre a etnia, 80% dos participantes se consideraram como “Branco” e 20% “Pardo”. Neste item, encontro uma consonância os dados que também foram divulgados no Censo IBGE 2010. Para o IBGE as etnias que se declaram brancas (107.207 pessoas) são seguidas das que se declaram pardas (65.232 pessoas) nos cursos de graduação.

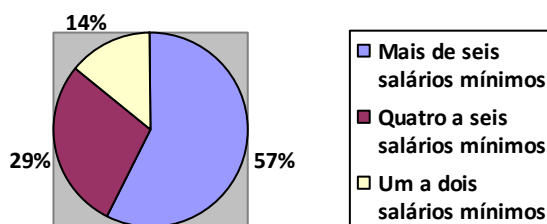
Gráfico 4 – Etnia dos egressos do curso de artes visuais



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a renda Familiar – quatro egressos (57%) declararam perceber a faixa de mais de seis salários mínimos, dois (29%) entre quatro e seis salários mínimos e um (14%) de um a dois salários mínimos.

Gráfico 5 – Renda familiar dos egressos do curso de artes visuais



Fonte: Dados da pesquisa

A respeito do nível salarial dos egressos pode-se fazer uma relação com o salário atual do professorado. Realizando um visita atualizada na página eletrônica do g1.globo.com, no dia 28 de abril do ano, constatamos uma nota com informações do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese, a qual comunica:

Segundo o Dieese, neste ano o salário mínimo deveria ser R\$ 2.824,92, ou seja, 4,17 vezes o mínimo atual, de R\$ 678,00. Em fevereiro, o mínimo necessário era menor, equivalendo a R\$ 2.743,69.

O valor é calculado mensalmente pelo Dieese com base no custo apurado para a cesta de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. (PREÇO, 2013).

A propósito, ao se comparar a faixa salarial dos egressos com o do professor, que também é noticiado no mesmo site, este diz:

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou nesta quinta-feira (10) reajuste de 7,97268% do piso salarial de professores do ensino básico da rede pública brasileira, que abrange educação infantil e nível médio. Com o aumento, o piso salarial para os professores passa de R\$ 1.451 para R\$ 1.567.00. (PASSARINHO, 2013).

Eis, então, uma importante condicionante, que segundo os mais básicos estudos, vem cooperando no distanciando ainda maior do campo da docência: os baixos salários. As condições financeiras oportunizadas a uma profissão colaboram enfaticamente para a sua escolha e para a permanência dos profissionais iniciantes e experientes.

É ainda importante situar que a Paraíba, conforme dados emitidos no Diagnóstico Socioeconômico do Estado da Paraíba – 2012 lançado pelo Fundo de Combate e Erradicação a Pobreza na Paraíba (FUNCEP) é o oitavo mais povoado estado da federação. É o sexto menor e o quinto no tocante à população que não sabe ler, nem escrever. O nordeste, neste casos, só está à frente dos Estados do Piauí e de Alagoas.

A média de analfabetismo no Brasil é de 9,02%; a da Paraíba é de 20,20%, embora tenha havido uma pequena queda, pois conforme a tendência nacional, no ano de 2000 era 26%.

A PIB per capita média da Paraíba é de R\$ 8.481,14 e a do Brasil é 19.766,33. Esses indicativos refletem o quanto o Estado está aquém das condições tidas como mínimas para a equidade social, e conseqüentemente, a íntima ligação com o nível educacional oferecido à população paraibana.

Para atestar toda a relação destes dados ressaltados, apoiamo-nos nos dados do Ministério da Educação do citado Diagnóstico, quando registram:

Para o indicador da Pobreza e Equidade Social, além da relação estreita com Dinâmica Econômica e o Nível Educacional, foi também verificada uma relação [...] com a dimensão da Eficiência Pública.(BRASIL, 2006).

Ao tentar conhecer as condições econômicas e sociais dos egressos em estudo, é possível constatar que, há apenas um número reduzido atuando profissionalmente no campo das artes, em igual proporção com o número que atua como professor desta área e sobrevive financeiramente deste ofício. É justamente este último grupo que percebe a menor escala de valor salarial, para compor a renda familiar.

Por isto, para aqueles que vivem de outras rendas, distintas das áreas da arte, seja na docência ou não, o resultado aponta que a condição salarial é melhor.

De forma que, dos cinco que vivem de outras rendas, apenas um, tem renda familiar entre quatro e seis salários mínimos. Todos os demais declararam que, percebem mais de seis salários mínimos. E mesmo que não haja identificação das profissões que advém os recursos que ajudam na manutenção desses egressos, sabe-se que estas têm propiciado melhores condições de vida que às oferecidas ao professorado em geral.

Ao tratar sobre a formação Profissional, cinco (71%) declararam ter se formado em 2010 e apenas dois 29% em 2011.

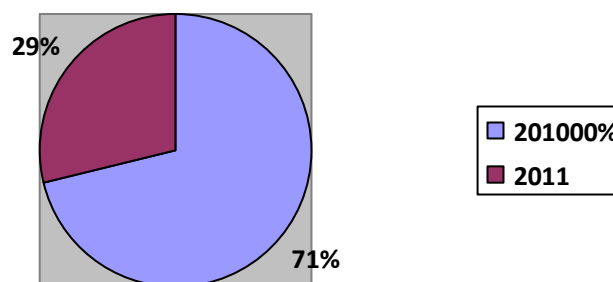
Sobre a participação em cursos de Pós-graduação três 43% responderam que não fizeram e quatro 57% afirmam que já ingressaram em cursos da área de artes ou similares, como: Mestrado em Ciência da Informação, Especialização em Arteterapia e Mestrado em Artes Visuais.

Este resultado é muito curioso, tendo em vista que, como foi notificado, há um pequeno número de pesquisados que trabalham na área da arte ou da educação. Pode ser considerado um resultado “inesperado” por encontrar mais da metade desses participantes, buscando verticalizar seus estudos relacionados com a graduação.

Estes dados podem sugerir que, uma parte significativa dos egressos, alimentam o desejo de aprimorar a formação, para atuar em futura docência, em um nível salarial mais vantajoso. Não se pode deixar também de registrar as possíveis influências da sociedade da informação, que nos instiga a procura por novas informações incessantemente.

Outro fato que ainda pode ter contribuído para esta busca são os incentivos, mediante as políticas públicas adotadas pelo governo federal, haja vista uma maior oferta de cursos de pós-graduação.

Gráfico 6 – Ano de formação dos egressos do curso de artes visuais



Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.2 INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DA UFPB

Ao serem questionados se estavam atuando profissionalmente na área de Artes Visuais, dois declararam que estão atuando e quatro não estão atuando profissionalmente na área e um está desempregado.

Em relação à essa atuação profissional, solicitou-se uma resposta complementar. Em caso de afirmativa, perguntou-se sobre o tipo de atividade profissional especificamente desenvolvida. Dois (29%) de participantes complementaram o quesito descrevendo que atuam como “Artistas visuais, atuantes e independentes de representação de galerias comerciais”. Sendo que um destes desempenha também o cargo de professor em instituição privada. Quatro (57%), responderam negativamente.

Nas respostas encontradas neste item, houve inclusive, por parte de um (14%) dos integrantes da pesquisa, a tentativa de atuar por maior tempo, mais diretamente na área do ensino formal de artes visuais. Porém, as oportunidades temporariamente foram cessadas. Outros dois (28%) de respondentes, discorreram sobre seus interesses com relação à Intermediação em Museus. No entanto, não atuam nessa função. Um deles (14%) alegam que

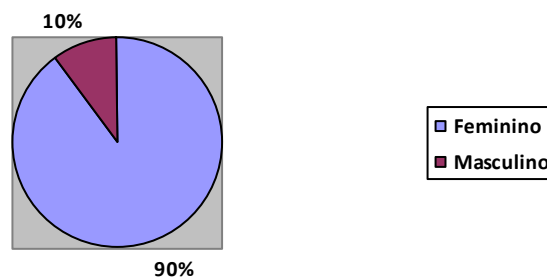
fez algumas tentativas para atuar como artista visual, mas não vive de arte. Como exemplo, temos as seguintes sentenças:

- “Já trabalhei muito na minha área quando morei em João Pessoa, mas agora morando em São Paulo não tive nenhuma oportunidade”. (entrevistada: Augusta)
- “Não sei que caminhos seguir além de dar aulas, meu objetivo é um Centro Cultural, um Museu, mas como fazer? Dúvidas demais.” (entrevistada: Júlia);
- “Particpei de algumas exposições, mas nenhuma em galeria comercial e não vendi nenhuma obra ainda. Não vivo de Artes.” (entrevistado: Samuel)

Em razão do exposto, é possível deduzir que:

- dois (28%) estão atuando profissionalmente na área das Artes Visuais, sendo um se assume como artista e o outro atua como artista e professor;
- quatro (57%) não está atuando profissionalmente na área;
- um (14%) está desempregado.

Gráfico 7 – Atuação dos egressos do curso de artes visuais



Fonte: Dados da pesquisa

Relacionando estes dados com os expostos anteriormente nesta Dissertação, quando fizemos uma exposição de resultados de algumas pesquisas realizadas com os alunos do curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPB pelo GPEAV-DAV-UFPB. Dentre as questões evidenciadas, foi levantado uma grande incidência de alunos que, embora estejam participando de um curso de licenciatura, não almejavam a docência e sim “o ser artista”. Esta condição pode ser apontada, como uma das possibilidades para causar o afastamento da área.

Sabe-se que um dos responsáveis por esse afastamento são também as políticas utilizadas pelos organismos oficiais nacionais, e evidentemente, os internacionais. Apesar das promessas políticas e da tentativa de implementar muitos incentivos à educação, ainda substancialmente, não vemos mudanças em questões básicas, como as melhores condições para realização da docência.

“Ano após ano”, em todos os “cantos” do país, tornou-se comum às greves e mobilizações realizadas por trabalhadores da educação, em prol da carreira docente e melhores condições laborais, democracia e respeito aos princípios defendidos pela categoria profissional. Porém, poucos são os avanços. O desafio é resistir e prosseguir. Ficam as perguntas: até quando? e com tanta dificuldade para o exercício profissional, quantos somos? E quantos seremos no futuro?

A este respeito, a Edição comemorativa dos 25 anos da Revista Nova Escola, diz: “Desvalorizada entre os jovens, a docência é opção profissional de apenas 2% dos alunos do Ensino Médio.” (MENESES, 2011, p. 126).

Finalizando a problemática do tema, ainda na mesma edição, Meneses (2011, p. 127) falando do professor descreve: “[...] sua remuneração, formação e carreira continuam incompatíveis com os discursos sobre a importância da educação.”

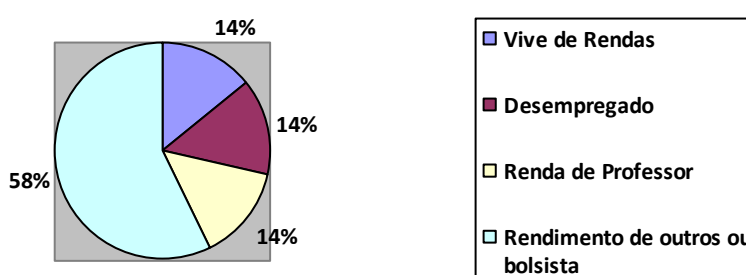
Desta forma, a desvalorização não é só uma questão de gênero, como já vimos no item 1.2 deste Capítulo, mas atinge todos profissionais da educação. É notória a distinção salarial que há entre a docência e outros tipos de profissões.

A respeito da proveniência da renda do egresso advinda especificamente de atividade artística, como docente, assessor ou da venda de



obras artísticas, apenas dois afirmam que vivem apenas da renda proveniente da atividade artística; quatro afirmam que não vivem deste recurso. Deste resultado geral, um (14%) vive da renda de professor; quatro (58%) são dependentes financeiramente de outro membro da família, e ou bolsista de programas do governo; um (14%) vive de rendimentos e um (14%) está desempregado.

Gráfico 8 – Proveniência da renda dos egressos do curso de artes visuais

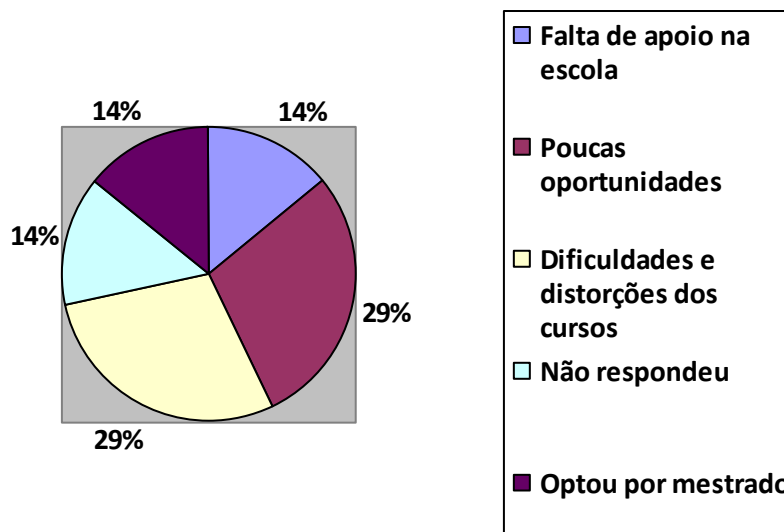


Fonte: Dados da pesquisa

Em relação às dificuldades da inserção do mercado de trabalho o resultado é o seguinte:

- Um (14%) fala da falta de apoio encontrada na escola, quanto ao fornecimento de material didático, equipamentos e até exigências para ser o profissional responsável em “organizar festinhas de datas comemorativas”;
- Dois (29%) apontam as poucas oportunidades do mercado de trabalho, que é restrito ou exige experiência;
- Dois (29%) ponderam sobre as afinidades e distorções entre o Curso de Licenciatura em Artes Visuais e Bacharelado;
- Um (14%) diz que ainda não tentou sua inserção no mercado profissional por está estudando para mestrado;
- Um (14%) não respondeu.

Gráfico 9 – Dificuldades da inserção do mercado de trabalho dos egressos do curso de artes visuais



Fonte: Dados da pesquisa

A inserção no Mercado Profissional sempre foi desafiante e resultante de diversos fatores. É evidente que os argumentos apontam para as condições externas, como falta de apoio e de exigências no setor educacional, bem como a pouca oferta no mercado de trabalho. Alguns estão tentando continuar o processo de formação profissional, fazendo um curso de pós-graduação. Considero esta atitude pertinente porque gera preparação e a abertura de outras possibilidades.

Os que ressaltam a restrição e exigência da experiência, também infelizmente, é algo real na nossa sociedade e atinge a maioria das profissões. Porém entre estes resultados, duas situações merecem destaque: a experiência distorcida do professor de artes visuais a quem é atribuído a tarefa de organizar as festas no âmbito escolar, e a situação dual, vivenciada pelo alunado do curso de licenciatura de Artes Visuais da UFPB, a qual é registrada aqui mediante sua perpetuação da indefinição do “ser artista” e o “ser professor”.

Ambas as situações já foram registradas em várias pesquisas do Grupo do GPEAV/PB. Aproveito o momento deste resultado para propor a

ponderação sobre o assunto, principalmente para os que fazem parte da nossa classe. Surgem as seguintes perguntas:

- como contribuir para a mudança no quadro estabelecido como obstáculos para a inserção profissional?
- na escola, como utilizar a organização da festa em um momento a favor da condição de ensino e aprendizagem da disciplina lecionada?
- será que informações sistematizadas sobre a Licenciatura em Artes Visuais da UFPB, explorando os meios de comunicação oficiais, abrangendo a comunidade universitária, as escolas e a sociedade em geral não ajudaria a amenizar a confusão sobre os propósitos de cada curso?

Por haver terminado uma especialização na área de Gestão e manter vínculos profissionais com a docência, cito a experiência da Escola Júnior de Administração da UFPB, formada por alunos orientados por professores da UFPB. Entre as ações desta instituição estava a de realizar visitas em escolas de João Pessoa, com o objetivo de escutar e informar ao alunado, os assuntos inerentes a este ramo profissional. Esta iniciativa proporcionava, uma melhor possibilidade de escolha da graduação a ser seguida.

Tal iniciativa poderia ter, quem sabe, a adesão dos que fazem o Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPB, com a finalidade de brevemente poder colaborar com um índice de maior assertividade na escolha do curso.

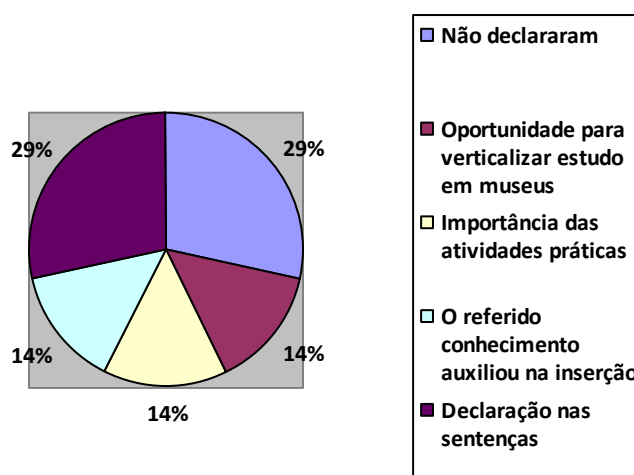
#### 4.3 CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTES VISUAIS À INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS

Sobre as contribuições do curso em foco na inserção profissional dois (29%) não declararam; um (14%) apontou que, embora não tenha ainda inserindo-se no mercado, a dedicação e cuidado de alguns professores proporcionaram estudos verticalizados sobre os museus; um (14%) diz que o conhecimento de toda comunidade escolar e estudos muito o auxiliaram na inserção profissional; outro um (14%) indica novamente a importância das

atividades práticas. E dois (29%) para melhor análise das declarações, serão relatadas abaixo:

- “Além de ter me proporcionado o primeiro contato com as obras dos grandes nomes da arte e seus processos, também pude entrar em contato com artistas reais que também são professores e juntos pensamos exposições e trabalhos. Isto foi imprescindível para o aprendizado” (Flor);
- “O curso me permitiu ter vários olhares sobre artes visuais, participei de várias exposições de artes, ganhei um prêmio, trabalhei em algumas escolas e monitorei algumas exposições” (Augusta);

Gráfico 10 – contribuições do curso de artes visuais na inserção profissional



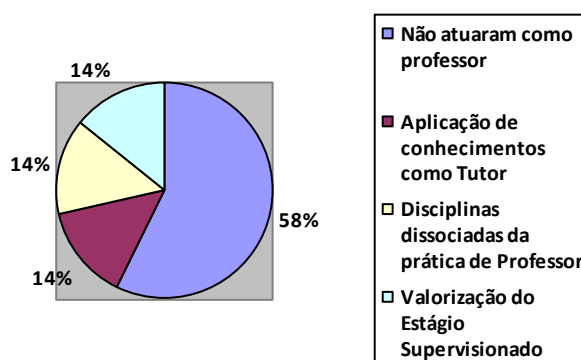
Fonte: Dados da pesquisa

É possível depreender, pelos dados expostos como resultado da pesquisa sobre a primeira turma de egressos, que as colaborações do curso dizem respeito, predominantemente aos processos de criação artística. Apenas um comentário, alude às colaborações do curso inteiro. Isto pode ser mais um indicador, da crescente desvalorização da formação docente e de uma tradição, que remonta ao século dezenove, de deslumbramento e valorização da formação artística. De modo geral, é possível perceber, diante destes indicativos, que as informações propiciadas pelo curso contribuíram

positivamente para a vida profissional deste grupo de egressos, qualquer que tenha sido o local de inserção profissional.

Ao serem questionados sobre a relação das disciplinas cursadas e a atuação profissional, quatro (58 %) ainda não atuaram como professores, um (14%) foi tutor de ensino à distância e diz que “muitos dos conhecimentos adquiridos foram advindos da universidade”. Um (14%) que as disciplinas ainda têm grande importância na sua prática como professor e um (14%) enaltece a prática vivenciada através do Estágio Supervisionado.

Gráfico 12 - Relação das disciplinas cursadas e a atuação profissional



Fonte: Dados da pesquisa

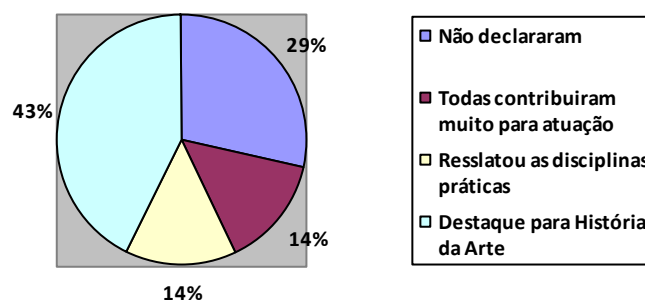
Neste momento, surgem dados que parecem contradizer os fornecidos anteriormente. Quando questionados sobre a finalidade do curso, os egressos reconhecem a contribuição de várias disciplinas para a formação docente. Parece persistir um confronto entre o desejo de ser artista e ser professor.

Esta realidade sugere que, entre outras considerações, que a estrutura curricular do curso tem correspondido às necessidades profissionais em exercício, como também aponta que colaboram para as pretensões profissionais futuras.

Ao serem questionados sobre disciplinas ou matérias que julgam importantes para a inserção profissional, duas (29%) não declararam. Um (14%) disse que todas contribuíram muito para sua atuação; outro (14%)

ressaltou as disciplinas práticas. As demais, totalizando três (43%) destacaram a disciplina de História da Arte, as práticas e o estágio supervisionado.

Gráfico 13 - Disciplinas ou matérias que julgam importantes para a inserção profissional



Fonte: Dados da pesquisa

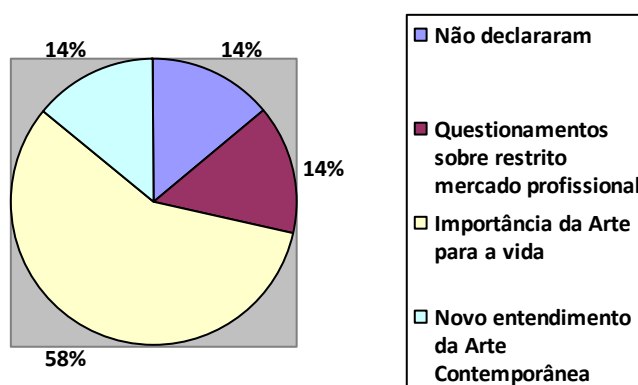
Difícil compreender os parâmetros encontrados pelos egressos para fazer diferenciação entre disciplinas práticas e teóricas. Julgamos complicado isolar teoria da prática. Entende-se que os mais diferentes formatos curriculares de disciplinas permite praticar conjuntamente teoria e prática. Compreende-se que todo assunto precisa ser vivenciado para que, mediante a experiência, o aluno usufrua com mais propriedade do processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, direcionando a análise aos que estão inseridos no mercado e atuam na área e, conforme o estudo, são os de menor percentual, arrisco a entender que as disciplinas práticas, citadas por eles, são as que os levaram a vislumbrar mais efetivamente a entrada no mundo do trabalho.

Neste tópico, dentre as declarações sobre as disciplinas de maior importância para a inserção profissional, pode-se perceber que, embora haja referência às disciplinas atreladas a História da Arte, às disciplinas práticas e, entre estas, a obvia presença do Estágio Supervisionado, teve maior evidência.

Sobre as indagações relacionadas com a atual concepção das Artes Visuais dos egressos, temos as seguintes respostas: quatro (58%) notificaram a oportunidade de aprofundar a reflexão e importância da arte para a vida, um (14%) não respondeu a indagação, um (14%) questiona, indaga sobre um mercado de trabalho restrito aos profissionais da área e um (14%) destaca o novo entendimento atribuído a arte contemporânea, que adveio dos estudos e experiências propiciadas pelo curso.

Gráfico 14 - Atual concepção das Artes Visuais dos egressos



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre as concepções de atuais artes visuais apontadas pelos egressos, é evidente que uma quantidade significativa faz relações entre arte e vida, que é efetivamente, uma tônica conceitual do momento. Um deles confunde concepção de artes visuais com restrição do mercado de artes. Este dado revela que os conceitos discutidos e tidos como significativos pelo curso, continuam sendo compartilhados com os egressos. Conseqüentemente, a arte tem se mantido importante para os seus referenciais.

As principais críticas dirigidas ao curso, em relação à inserção profissional obtiveram várias respostas, as quais estão expostas em forma tópicos para, deste modo, dar maior destaque às sentenças:

- Um (14%) absteve-se de responder;

- Um (14%) afirma que, como licenciatura, o curso oferece uma boa prática de ensino;
- Um (14%) diz que em relação aos professores, há bons profissionais, porém considera que o curso, deixa a desejar no tocante à qualidade dos serviços. Exemplifica citando as condições físicas do ambiente escolar;
- Um (14%) argumenta que falta aprofundamento das informações relativas às fases da história da arte. Alega, ainda, que não há local adequado para aulas de pintura, nem mesmo para guardar materiais didáticos, havendo muito improvisado, ocasionando por isso, lacunas no processo de ensino aprendizagem;
- Um (14%) propõe renovação e ampliação do Quadro Docente. Diz que, mesmo sabendo tratar-se de um curso de licenciatura, vê a necessidade de assuntos também pertinentes a prática artística, como noções do mercado da arte, direito autoral e de imagem. Acrescenta ainda que, por experiência própria, é mais adequado, professores da área, para as citadas disciplinas. A propósito sugere para o citado Quadro, o ingresso de professores-artistas. O que, na opinião do egresso, favoreceria os investimentos nos meios culturais universitários;
- Um (14%) seguindo um pensamento semelhante ao do respondente acima, este egresso, também depõe que o curso “tem que preparar o artista e o educador” para as diversas ações relacionadas às suas práticas. Afirma, ainda, que não há esclarecimentos para aqueles alunos que pretendem seguir o aprofundamento dos estudos por meio de Mestrados;
- Um (14%) critica a ocupação do espaço do educador de artes visuais por outros profissionais, como historiadores, pedagogos e psicólogos. Denuncia que tem a experiência oposta no tocante às outras graduações, que lutam intensamente para defender a área até juridicamente, inclusive, exigindo de instituições empregadoras a reserva de vagas. No seu entender nem a Coordenação do Curso de Arte, nem o Departamento parecem se preocupar com o fato, e por isso questiona: “para que concluir a graduação em Artes Visuais?”.



As críticas apontam para várias direções. A crítica às instalações refere-se, à época dos ingressos dos licenciados, no ano de 2006. No momento que esta pesquisa está sendo desenvolvida, as instalações estão bem diferentes e permitiriam, hoje, uma nova avaliação pelos estudantes.

Quanto ao aprofundamento nas discussões, faz-se necessário avaliar se esta é uma atribuição da graduação ou se é um problema na maneira de abordar o tema da história das artes, muitas vezes afetado por uma visão cronológica e estilística, mais propícias à superficialização das informações.

Impressiona na crítica relacionada à renovação do quadro docente, sempre associada à formação artística. Raramente se encontra crítica similar à formação docente. A crítica sobre a defesa do ensino de arte surpreende por não ser focada na formação artística, entretanto evidencia uma expectativa que esbarra na própria dificuldade de mobilização dos egressos, em fazer valer os seus direitos.

Ao serem questionados sobre as sugestões que podem fazer ao curso em estudo, os egressos responderam da seguinte maneira:

- Três (42%) omitem declarações;
- Dois (28%) dizem que suas críticas devem servir também como sugestões de mudança. Estão baseadas em uma ligação maior entre o conhecer o que encerra o mundo do ser artista e o ser educador;
- Um (14%) opina que seja oportunizado aos alunos diálogos sobre seus anseios e necessidades, para que o curso, seja fortalecido, gerando satisfação, e profissionais bem preparados para o mercado;
- Um (14%) defende uma maior publicidade sobre a profissão e a busca de apoio juntos aos órgãos ligados à educação. Entende que a notoriedade trará uma maior valorização.

Lamento que um número expressivo de três (42%) deixem de fazer sugestões. Talvez expressem uma estagnação dos fatos. É como se estivessem a dizer: “se falarmos vai resultar em alguma mudança”? As demais considerações já foram abordadas no decorrer da análise das coletas de dados.

Ao pôr uma certa ordem na fala dos egressos, percebo as respostas como uma provocação para o diálogo e para uma escuta atenta. É uma atitude que condiz com as “concepções freireanas”, tão afeitos a um processo educativo dialogante. Para melhor exemplificar a sua importância, fundamento-me no pensamento Paulo Freire, que diz:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco [sic] pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo (MELO NETO, 2012, grifo do autor).

Desta forma, creio que a assertividade do ato de elaborar pesquisas está intimamente atrelada à necessidade do diálogo e, como profissionais, a articulação entre os experimentos investigativos aproximam a pesquisa da docência.

A última questão do formulário estava destinada a algum comentário, caso o egresso desejasse comentar algo não contemplado pelas questões anteriores. Em relação a este item quatro (57%) dos respondentes esquivaram-se e não responderam. Três (42%) por terem pareceres muito semelhantes, serão destacados a seguir:

- Um (14%) pensou que a sua inserção profissional seria mais fácil, no entanto só “por amor as Artes Visuais, continua insistindo”;
- Para outro (14%), mesmo desenvolvendo atividades na área, por não ser salariado, não se vê como inserido no mercado profissional, porém, de igual forma, ainda anseia por esta realidade”;
- E por último, outro egresso (14%), diz: “o aluno de artes visuais entra com toda paixão e vontade no curso e quando sai depara-se com uma realidade que, às vezes, não consegue prosseguir nessa carreira. [Isso ocorre] porque o mercado de trabalho é desanimador, o salário é muito baixo prá o educador entrar num museu de arte, para trabalhar ele tem que ter amigos que te coloquem pra dentro das coisas. O artista visual não consegue sobreviver da sua arte porque o mercado da arte às vezes não inclui os novos artistas, conseqüentemente esses artistas pra

sobreviverem ou trabalha em alguma outra área e faz arte só por paixão, ou optam para trabalharem como professores de artes visuais em escolas, não sendo bons professores porque trabalham apenas por sobrevivência...”

O entrevistado discorre elencando as dificuldades da atuação tanto do artista como do professor de Artes Visuais, e conclui dizendo que quase sempre chega a comprometer o exercício da escolha pessoal profissional e conseqüentemente de toda uma classe de docentes.

O resultado destes dados podem ser relacionados com a preocupação de se observar um reduzido número de profissionais que está atuando na área e sobre as dificuldades de inserção profissional decorrentes, neste caso, de uma série de fatores conjunturais que abrangem, sobretudo, a maneira como os profissionais da educação foram e ainda vêm sendo tratados. Em razão dos dados expostos, é possível afirmar que a desvalorização da docência é a maior dificuldade no processo de inserção profissional.

Reforçando o que acabo de afirmar, sirvo-me da citação abaixo para complementar e ratificar este raciocínio:

[...] o Brasil em relação à educação tem uma dívida de quinhentos anos para o seu povo. Nunca adotamos uma Política Educacional de Estado. Diferentes governos apesar de colocarem a educação como prioritária e importante nunca conseguiram equacionar um orçamento compatível com as reais necessidades do país e valorizar devidamente o professor. [...] A nossa crise educacional tem raízes estruturais profundas. Parte dela é devida ao modelo de desenvolvimento que o Brasil adotou quando a partir de 1964 priorizou investimentos públicos para garantir infraestrutura de suporte à produção capitalista industrial nas capitais. (HOLANDA, 2013)

Em síntese, mesmo que tenhamos os mais diversos fatores que contribuam com as condições sempre crescentes, de dificuldades da inserção profissional dos educadores, no cenário brasileiro e particularmente paraibano, tem se mostrado costumaz, de forma que, me provocam perguntas como: A quem interessa os baixos salários da educação? Até onde reside o interesse em fomentar e manutenção de jovens no ensino público superior? Como podemos contribuir para o melhoramento de medidas na área da Educação?

Outra pergunta envolveu as competências e habilidades que foram incentivadas e desenvolvidas no decorrer do curso em torno do fazer profissional. Adiante, exceto a do participante que deixou em branco o quesito, descreveremos cada resposta:

- “o curso é voltado 80% para ensino e os 20% para a prática artística. O todo me ajudou muito para a formação artística, porém os 20% de prática e teoria da arte foram mais decisivos” (Flor);
- “as aulas práticas ficaram a desejar” (Esmeralda);
- Júlia expõe que percebeu um “maior incentivo para ser Mediadora e que cada um seguiu o caminho que melhor identificava-se para desempenhar a profissão escolhida”;
- Samuel disse que seu “interesse estava focado nas práticas”;
- Augusta afirma que o curso “visou mais a realização de projetos de arte educação, o fazer artístico foi mais estimulado no final do curso, mas não foi ensinado como entrar num mercado da arte”;
- Beatriz defendeu que as disciplinas, de modo geral, concorreram, ao longo do curso, para reais evidências na formação do exercício profissional.

Após ler atentamente as sentenças, é possível afirmar que, para cada egresso, a participação no curso produziu uma situação distinta. Esta condição tem consonância com a vivência de cada pesquisado, especialmente porque um número reduzido atua na área das artes visuais em seus diferentes campos. É importante lembrar no Projeto do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPB o perfil do egresso não contempla, apenas, a docência, mas como reitera a Resolução nº 48/2006 do CONSEPE, este profissional também estará habilitado para exercer atividades de pesquisa, produtor, agente cultural e outras especificidades relativas à área.

A diversidade dos depoimentos pode nos levar a supor também uma certa dispersão nos planos das disciplinas, que pode ser necessária levando-se em consideração a abrangência dada à atuação profissional. A impressão é

que cada egresso reserva uma “certa distância” do próprio processo formativo e do seu comprometimento com a inserção profissional.

Fica uma indagação: se este resultado faz parte dos objetivos que o curso deseja alcançar, será que as várias possibilidades de atuação não estão causando uma dispersão na futura atuação profissional desses profissionais?

Os egressos também foram questionados sobre o acesso às informações culturais durante o curso e o que mudou ao longo deste percurso. Um (14%) não respondeu ao item; um (14%) diz que foi seu interesse pessoal que trouxe novas informações, pois no curso o conhecimento era pouco compartilhado; dois (28%) relatam que foram incentivados pelos professores a participar de atividades culturais e até tiveram aulas nestes espaços da educação não formal; um (14%) ainda elencou vias de comunicação, como livros e internet e outro (14%) considera que deveria ter havido um maior aproveitamento dos eventos, relacionando-os, mais diretamente, como atividades e exercício das disciplinas, a exemplo de análise e crítica da arte.

Embora tenha sido declarada, uma possível falta de intencionalidade das informações culturais com as disciplinas do curso em análise, por parte de um reduzido número dos integrantes da pesquisa, em linhas gerais, de forma mais representativa, pode ser destacado que estão relatadas também informações bem representativas para a vida estudantil universitária, que passam pelo interesse do estudante junto com os docentes.

Isto denota que este incentivo, por parte dos professores do curso, não só é oportuno para a formação profissional de artes visuais, como também para criar o hábito, talvez não fomentado, em outros momentos da vida do aluno e que é de significativa importância para o desenvolvimento do ser holístico em seu exercício social.

## 5 BREVES CONSIDERAÇÕES

Ao chegar nesta etapa final do trabalho investigativo é importante refletir, mais amplamente, sobre os resultados árduos e prazerosos deste processo. Procuramos dialogar com as expectativas da formação docente em Artes Visuais, materializadas em documentos, associando-as com as opiniões sobre a inserção profissional, registrada em questionários pelos egressos, sem desprezar também a minha experiência e pertencimento à área, como egressa do Curso de Licenciatura em Educação Artística da UFPB.

No decorrer da análise dos documentos oficiais do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPB, ao traçar um paralelo com os da extinta Licenciatura em Educação Artística, foi possível averiguar e expor um grande avanço em termos de entendimento e contextualização da formação e do desenvolvimento do profissional desta área.

As diferenças evidenciam-se nos tipos de documentos que fundamentaram as criações dos dois cursos na UFPB. Para analisar a primeira versão do curso de Licenciatura em Educação Artística, encontrou-se, apenas, uma Resolução, com poucas informações e com uma estrutura curricular sintética, que contempla três habilitações. O curso de Licenciatura em Artes Visuais, criado recentemente, além da Resolução, possui o PPP e uma estrutura curricular significativa, formulado a partir de um participativo estudo. Por este motivo, tem uma maior probabilidade de ser mais representativo da realidade, inclusive ao assumir o foco específico das Artes Visuais.

Além disso, o corpo docente, antes formado na sua maioria por artistas, o que supõe pouca experiência com a educação formal, atualmente possui um número destacado de professores mestres e doutores. Alguns professores são nominalmente enaltecidos por suas práticas e comprometimentos com os propósitos do curso.

Como resultado desse novo panorama, que objetiva a formação da graduação superior de professores de artes visuais da UFPB, percebe-se, pelo menos em termos documentais, um grande avanço. Porém, no tocante à prática educativa, que visa à inserção destes profissionais, o próprio número de egressos participantes da pesquisa, exprime um desafio a ser vencido.

Preocupa também porque um pequeno número de egressos realiza a inserção profissionalmente idealizada. Este indicativo aponta que a atenção no acompanhamento e resultados do processo da formação universitária, ainda deve ser bastante enérgica, considerando diligentemente os agentes internos e externos. Isso sem desprezar que as licenciaturas, via de regra, estão sendo pouco escolhidas pelos jovens e, por isto, vêm mantendo um número reduzido de alunos.

Durante esta pesquisa foi notificado pelos respondentes as precárias condições de utilização da estrutura física onde funciona o curso em análise, mais especificamente das salas de aula. Porém, ao finalizar este estudo, quase paralelamente, este espaço educativo vem sendo significativamente reconstruído mediante o investimento dos recursos federais, promovendo uma mudança na crítica antes denunciada.

Outras sugestões foram colhidas nas entrelinhas desta pesquisa, que indicam alguns “gargalos”, e, seu destaque pode ajudar a promover mudanças ou ajustes. Desta forma, seguem alguns procedimentos que poderão ser devidamente estudados e “quicá” adotados pela comunidade universitária pertencente ao curso:

- promover encontros com o corpo docente e discente, com a finalidade de ouvir suas sugestões e reclames para dar prosseguimento aos encaminhamentos selecionados, criando, dentro dos limites legais no âmbito federal do curso, uma Gestão Participativa;
- criar e fortalecer o vínculo do curso com a comunidade universitária, do bairro, da cidade e do Estado, usando a mídia, atrelada com visitas em escolas e espaços afins para divulgar o Curso de Licenciatura em Artes Visuais da FPB;.
- Reformular o Curso de Licenciatura em Artes Visuais, de modo que, no seu Perfil, permaneça contemplada a formação docente, e a pesquisa, promovendo deste modo as demais atividades para a condição de Habilitações, tais como: Produtor de Arte e Agente Cultural. Talvez estas mudanças possam contribuir e delinear o

caráter definido de docência ao curso e com isto o seu fortalecimento como tal.

Em relação ao que se espera desse egresso e tomando por base o próprio fundamento, contrapondo-se à denominação Educação Artística, as Artes Visuais já traz em si uma proposta de formação mais ampla, inserida na atual cultura das visualidades, que contempla as Artes Plásticas, as Artes Gráficas e os Meios Eletrônicos. Os documentos que fundamentam o curso, mais diretamente o seu PPP, em sua página 1, ao tratar da sua clientela diz que estes:

“...tem como finalidade principal habilitar-se para o ensino de Artes Visuais em escola de Educação básica, escolas especializadas e profissionalizantes em instituições públicas, privadas e no terceiro setor, bem como em atividades de pesquisa e demais contextos educativos.”

O curso, apesar do pouco tempo de existência, precisa ser sistematicamente acompanhado e avaliado, visando o fortalecimento das suas ações, produções positivas e o descarte das que lhes forem contrárias, em busca do ajustamento interno e externo.

No tocante à inserção de seus egressos, ora pesquisados, foi possível, com o presente estudo, afirmar que, mesmo tendo sido no ano de 2011, classificado com a nota quatro no Enade, os resultados revelam, por vários motivos expostos no Capítulo 3, que os egressos estão tomando rumos diversos. Para ressaltar esse resultado, o universo da pesquisa teria apenas doze egressos, mas que foram localizados sete e, destes, apenas dois trabalham na área, um como artista e outro como professor.

Estes números demonstram o desafio de ajustar o curso ao vivenciado, hoje. Esta pesquisa foi importante porque ajudou a conhecer a realidade e constatar as condições de inserção. Provoca a alargar a problematização, a visão do tema e a expectativa de dirimir a falta de oportunidade no acesso ao mundo profissional. É uma maneira de incentivar, também, medidas pró-ativas de solução de problemas na vinculação entre universidade e trabalho.



É possível considerar que, temporariamente, foi respondida a pergunta de aspiração desta pesquisa: O que se espera dos egressos da Licenciatura de Artes Visuais – da UFPB – e como estão se inserindo profissionalmente?

Assim, este breve estudo é concluído, atribuindo um maior valor ao Curso de Licenciatura de Artes Visuais da UFPB, pois estão evidentes as resistências e avanços representados na sua implementação e funcionamento. Sua importância é ampliada com a implantação pioneira do Curso de Mestrado de Artes Visuais, criado em regime de parceria com a Universidade Federal de Pernambuco e com a solidariedade da Universidade Federal da Bahia.

Muito me orgulha fazer parte neste processo, contribuindo, hoje, para os futuros estudos que indubitavelmente virão, tendo em vista que pode suscitar outras investigações, não se esgotando com as reflexões expostas aqui.

## REFERÊNCIAS

- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS. **Agencia educa Brasil**. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=96>. Acesso em: 20 maio 2013.
- ALVES, A. J. O planejamento da pesquisa qualitativa em educação. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 77, p. 53-61, maio 1999.
- AQUINO, Jorge; CAPISTRANO, Pablo; NASCIMENTO, Erinaldo Alves do. **Ensaios pós-metafísicos: poesia, ética e pesquisa**. Natal: KMP, 2009.
- BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 280, de 2007. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces280\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces280_07.pdf)>. Acesso. 01 out. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social**. Brasília, 2006.
- CÂMARA, Roberto Andrade; NASCIMENTO, Erinaldo Alves do ; OLIVEIRA, Maria Rosicely Fausto de. A vez e a voz dos feras: perfil, expectativas e necessidades dos estudantes “calouros” da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 19., 2010, Cachoeiras. **Anais...** Cachoeira-BA: ANPAP, EDUFBA, 2010.
- CAMARGO, Paulo. Arte para todos, de todas as formas. **Educatrix**, São Paulo, ano 2, n. 3, out. 2012.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à teoria geral de administração**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
- CLEMENTE, Mary Tacyana Alves et al. Por que parou? Parou por que? uma pesquisa com os discentes “evadidos” da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 19., 2010, Cachoeiras. **Anais...** Cachoeira-BA: ANPAP, EDUFBA, 2010.

EFLAND, Arthur D. Imaginação na cognição: o propósito da arte. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Maria Lídia Bueno, et al. **Trajetórias da UnB: a experiência do Prodocência em foco**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Decanato de Ensino e Graduação, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOLDEBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Reciord, 1999.

GOSS, Luciana. **A Formação do professor para a Escola Livre de Música**. 2009. 151f. Dissertação (Mestrado em Música)- Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009. Disponível em: [http://www.tede.udesc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1821](http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1821). Acesso em: 12 jul. 2012.

GUTIERREZ, G. L. Metodologia científica e o estudo das organizações. **Revista de administração de empresas**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 91-96, jan.-mar. 1986.

HOLANDA, Ariosto Holanda. **Educação e trabalho: um compromisso de todos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Enade**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/enade> >. Acesso: 15 ago. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Parecer nº 238, de 04 de agosto de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 de agosto de 2011, Seção 1, p. 51- 52. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/legislacao/2011/diretrizes/diretrizes\\_artes\\_visuais\\_n\\_238.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2011/diretrizes/diretrizes_artes_visuais_n_238.pdf) >. Acesso. 10 abr. 2013.

LEHER, Roberto. **Um novo senhor da educação?** a política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo, São Paulo, n. 1, p. 19-30, out. 1999.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marly E. D. A. **A pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MELO NETO, José Francisco de. **Diálogo em educação: Platão, Habermas e Freire**. João Pessoa: Universitária /UFPB, 2011.

MELO NETO, José Francisco. **Universidade Popular: texto para debate**. João Pessoa: Universitária /UFPB, 2012.

MENESES, Luis Carlos. Ser professor: uma profissão de poucos. **Nova Escola**, São Paulo, n. 239. Marc. 2011. Edição de 25 anos.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

NASCIMENTO, Erinaldo Alves do. A cultura visual no ensino de arte contemporâneo: singularidades no trabalho com as imagens. **Boletim Arte na Escola**, n. 42, jul. 2006. Disponível em: <[http://www.artenaescola.org.br/pesquise\\_artigos\\_texto.php?id\\_m=50](http://www.artenaescola.org.br/pesquise_artigos_texto.php?id_m=50)>. Acesso em: 01 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Infância, ensino e bom sujeito docente: a perspectiva da cultura visual. **Intervenções: artes visuais em debate**, João Pessoa, n.1, p. 29-40, dez. 2006.

\_\_\_\_\_. **Mudanças nos nomes da arte na educação: qual infância? qual ensino? quem é o bom sujeito docente?** 2005. 255 f. Tese (Doutorado em Artes Plásticas) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005

\_\_\_\_\_; SILVA, Eliane Honorata da; CLEMENTE, Mary Tacyana. Expectativas e necessidades da formação dos discentes da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 18., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador-BA: ANPAP, EDUFBA, 2009.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas: Editores Associados, 2000.

NOGUEIRA, Gustavo Maurício Filgueiras et al. **Diagnóstico socioeconômico do Estado da Paraíba: unidade e diversidade territorial**. João Pessoa: Seplag, 2012.

NOWISKI, Evely de Moraes; LAROCCA, Priscila; ROSSO, Ademir José de. o que se espera do egresso da licenciatura em pedagogia? breve estudo das diretrizes oficiais par a as licenciaturas e de um projeto pedagógico de curso. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/355\\_198.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/355_198.pdf)>. Acesso 03 maio 2013.

NUNES, Ana Lúcia. Estudantes defendem bravamente a democracia nas universidades. **A nova democracia**, n. 30, jul. 2006. Disponível em: <

<http://www.anovademocracia.com.br/no-30/466-estudantes-defendem-bravamente-a-democracia-nas-universidades>>. Acesso em 20 maio 2013.

OLABUÉNAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M. A. **La descodificacion de la vida cotidiana**: métodos de investigación cualitativa. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PASSARINHO, Nathalia. MEC anuncia reajuste de 7,97% do piso salarial de professores. **G1, Brasília**, 10 jan. 2013. Educação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/01/mec-anuncia-reajuste-de-797-do-piso-salarial-de-professores.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation methods**. 7th. Beverly Hills: Sage Publications, 1986.

PENNA, Maura (Coord.). **A arte no ensino fundamental**: mapeamento da realidade nas escolas públicas da Grande João Pessoa. João Pessoa: D'ARTES/UFPB, 2002. Relatório de pesquisa. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/pesquisarte/Masters/relatorio\\_ensino\\_fundamental.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/pesquisarte/Masters/relatorio_ensino_fundamental.pdf)>. Acesso em 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **A arte no ensino médio nas escolas públicas da Grande João Pessoa**. João Pessoa: D'ARTES/UFPB, 2002. Relatório de pesquisa. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/pesquisarte/Masters/relatorio\\_ensino\\_medio.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/pesquisarte/Masters/relatorio_ensino_medio.pdf)>. Acesso em 15 maio 2013.

PREÇO da cesta básica sobe em 12 de 18 capitais em abril, diz Dieese. **G1**, São Paulo, 07 maio 2013. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/05/preco-da-cesta-basica-sobe-em-12-de-18-capitais-em-abril-diz-dieese.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, Antonio Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Umberlandia. **Anais...** Umberlandia: UFPA, 2006. p. 6167 - 6176. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>> . Acesso em: 12 jul. 2012.

SANTOS, Carlos José Giudice dos. **Tipos de pesquisa**. Disponível em:<[www.oficinadapesquisa.com.br/\\_OF.TIPOS\\_PESQUISA.PDF](http://www.oficinadapesquisa.com.br/_OF.TIPOS_PESQUISA.PDF)>. Acesso em: 22 fev. 2013.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.

SILVA, Maria Abádia da. O consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jan./jun. 2005.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso 20 maio 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 11/1977**, em 16 de fevereiro de 1977.

\_\_\_\_\_. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 05/1983**, em 21 de fevereiro de 1983.

\_\_\_\_\_. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 48/2006**, em 24 de julho de 2006a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Artes Visuais e do Bacharelado de Artes Visuais, Habilitação em História Teoria e Crítica de Arte**. João Pessoa, 2006b.

## APÊNDICE A - Roteiro de observação para pesquisa de campo



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM ARTES VISUAIS UFPB/UFPE  
2012



### Roteiro de Observação para Pesquisa de Campo

Ferramentas de Pesquisa:

- Questionário;
- Observação e registro fotográfico dos espaços arquitetônicos atuais e do passado;
- Anotação de falas, citações e observações pessoais;

Atentar em diferencia as anotações em:

Descritivas

- Das respostas do questionário por *e-mail*
- Dos locais (ambiente);
- Comportamento do observador (minhas ações, atitudes e conversas).

Reflexivas

- Reflexão Analítica (o que está sendo conhecido e aprendido pelo alunado);
- Atentar para o distanciamento (relacionado às minhas expectativas e opiniões);
- Esclarecimentos (esclarecer dúvidas ou aspectos que necessitam maior exploração junto aos discentes).

## APÊNDICE B - Formulário de consulta dos egressos de Artes Plásticas- Artes Visuais da CCTA-UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM ARTES VISUAIS UFPB/UFPE



### Formulário de Consulta dos Egressos de Artes Plásticas-Artes Visuais da CCTA-UFPB

Aos egressos em Artes Visuais:

Este questionário é um instrumento de coleta de dados da Pesquisa denominada “Egressos da Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Inserção Profissional”, que está sendo desenvolvida no Mestrado Acadêmico de Artes Visuais – UFPB/UFPE. As aspirações da pesquisa podem ser sintetizadas no seguinte questionamento: o que se espera dos egressos da Licenciatura de Artes Visuais – da UFPB – e como estão se inserindo profissionalmente?

Não se preocupe que as suas respostas, quando analisadas, não serão personificadas, garantindo o seu anonimato. O que importa é a sua voz e a sua opinião.

Agradecemos imensamente a sua colaboração. Ao responder a esta pesquisa você estará fornecendo subsídios para avaliações e projetos consistentes relacionados com este curso.

Martha Pollyanna dos Santos Dias – Mestranda

Prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento - Orientador

#### 1. Perfil Pessoal:



1.1 Idade: \_\_\_\_\_

1.2 Gênero: *feminino* ( ) *masculino* ( )

1.3 Etnia:

*Branca*( ) *Amarela*( ) *Negra*( ) *Parda*( ) *Indígena*( ) *Mestiça*( )

1.4 Renda Profissional:

( ) *Trabalho voluntário* ( ) *Renda variada em dependência da venda de obras artísticas*

( ) *Um a três salários mínimos* ( ) *Entre quatro e seis salários mínimos*

( ) \_\_\_\_\_

Relacionando a Renda Familiar:

( ) *De um a dois salários mínimos* ( ) *Entre quatro e seis salários mínimos*

( ) *Entre dois e quatro* ( ) *Mais de seis salários mínimos*

## 2. Formação Profissional:

2.1 Ano que se formou? \_\_\_\_\_

2.2 Está empregado(a) em atividade relacionada com a área?

( ) *sim* ( ) *não*

2.3 Se a resposta for “sim”, marque a atividade em que atua:

- *Serviço público como professor* ( )
- *Serviço privado como professor* ( )
- *Empregado como consultor ou assessor na área de artes* ( )
- *Free-lance como consultor na área de artes.* ( )
- *Artista Visual com obras em galerias comerciais* ( )
- *Empregado em atividade criativa de publicidade, empresa jornalística, de internet ou similar* ( )
- *Outros: especifique:*

2.4 Se a resposta for “não”, explique a sua situação e os motivos:

---

---

---

2.5 Fez pós-graduação?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em andamento

Se “sim” ou em “andamento”, especifique e justifique a escolha:

---

---

---

2.6 Vive atualmente apenas da renda proveniente da atividade artística, como docente, assessor ou da venda de obras artísticas?

( ) Sim ( ) Não.

Se “sim”, especifique as atividades: \_\_\_\_\_

Se “não”, especifique como vive financeiramente: \_\_\_\_\_

---

2.7 Quais dificuldades você enfrentou para a sua inserção profissional após o término do curso?

---

---

---

2.8 Do curso que fez, quais matérias você considera que foram importantes para a sua inserção profissional? Especifique

---

---

---

2.9 Comente, de forma geral, sobre a contribuição do curso para a sua inserção profissional.

---

---

---

2.10 Se atua ou atuou em escolas, qual a relação das disciplinas cursadas na Graduação em Artes Visuais na UFPB e a sua prática escolar?

---

---

---

2.11 No presente, qual a sua concepção de Artes Visuais e como mudou após o curso?

---

---

---

2.12 Quais as competências e habilidades em torno do fazer profissional foram incentivadas e desenvolvidas durante o curso?

---

---

---

2.13 Como era o acesso às informações culturais durante o curso? O que mudou?

---

---

---

2.14 Quais são as suas principais críticas dirigidas ao curso em relação à inserção profissional?

---

---

---

2.15 Quais são as suas principais sugestões dirigidas ao curso em relação à inserção profissional?

---

---

---

2.16 Deseja deixar algum outro comentário sobre a sua inserção profissional?

---

---

---

Nota: Formulário produzido a partir de material nas questões realizadas nas pesquisas Nascimento et al (2011) e pelo Formulário de Consulta de egresso de Artes Plásticas-Artes Visuais do Centro de Artes da UDESC.

Disponível em

<https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dEIBeVZWMkdrLUjibWp3VE5hbmlYN3c6MQ>. Acesso em 02.10.2012.

## Apêndice C - Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM ARTES VISUAIS UFPB/UFPE



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e de participar na pesquisa referente ao projeto intitulado **Egressos da Licenciatura de Artes Visuais da UFPB e Inserção Profissional**, desenvolvido por Martha Pollyanna dos Santos Dias, mestranda do Mestrado em Artes Visuais UFPB/UFPE.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento (DAV/UFPB), a quem poderei contatar ou consultar a qualquer momento que julgar necessário por meio do telefone nº 83 – 8873-0783 ou pelo e-mail erinaldo\_alves@hotmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é conhecer o que se espera dos egressos da Licenciatura em Artes Visuais da UFPB e como estão se inserindo profissionalmente.

Fui também esclarecido(a) que a minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora ou seu orientador. Após a defesa pública da pesquisa, o acesso ocorrerá mediante a leitura da dissertação.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste documento, como preconiza a resolução 196/196 do Ministério da Saúde e a Resolução N. 01/2001, do CONSEPE/UFPB.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a):



Dados da Pesquisadora:

Nome: Martha Pollyanna dos Santos Dias

Endereço: Av. Umbuzeiro, 126 – Manaíra – CEP: 58.038-180

Telefone: (83) 8821.6261

Endereço eletrônico: [mpollysdias@hotmail.com](mailto:mpollysdias@hotmail.com)

**APÊNDICE D - Comparativo relacional  
dos Cursos de Licenciaturas de Educação Artística (EA) E Artes Visuais  
(AV) – UFPB**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM ARTES VISUAIS UFPB/UFPE



**COMPARATIVO RELACIONAL  
DOS CURSOS DE LICENCIATURAS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA (EA) E ARTES VISUAIS (AV) –  
UFPB**

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	CURSO LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS
<b>Documentos Oficiais Relativos à Criação do Curso</b>	
Resolução Nº 11/77– CONSEPE/UFPB	Resolução nº 48/2006 – CONSEPE/UFPB
Resolução Nº 05/83– CONSEPE/UFPB	Projeto Político Pedagógico
<b>Reconhecimento do Curso</b>	
Decreto Presidencial nº 83.328 de 16/04/79	
<b>Centro de Ensino</b>	
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Campus I, da UFPB	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Campus I, da UFPB
	Atualmente, Centro de Comunicação, Turismo e Artes
<b>Carga Horária Total do Curso</b>	
2.610 horas (mínimas)	2.805 horas (mínimas)
<b>Horário do Curso</b>	
Não consta nos documentos oficiais de criação	Vespertino

<b>Número de Vagas</b>	
Não consta nos documentos oficiais de criação	20 vagas por ano
<b>Regime Acadêmico</b>	
Não consta nos documentos oficiais de criação	Seriado e semestral
<b>Tempo Mínimo para Integralização do Curso</b>	
Três anos ou seis períodos letivos	Quatro anos ou oito períodos letivos
<b>Tempo Máximo para Integralização do Curso</b>	
Sete anos ou catorze períodos letivos	Seis anos ou doze períodos letivos
<b>Estrutura Curricular</b>	
Disciplinas do Currículo Mínimo 1.710 horas	Conteúdos Básicos e Profissionais (obrigatórios) 1.590 horas
Disciplinas Complementares Obrigatórias 705 horas	Conteúdos Complementares Obrigatórios 795 horas
Disciplinas Complementares Optativas 150 horas	Conteúdos Complementares Optativos 375 horas
	Conteúdos Eletivos (Flexíveis) 45 horas
<b>Clientela da Licenciatura</b>	
Não consta nos documentos oficiais de criação	Egressos do Ensino Médio que tenham como finalidade principal habilitar-se para o ensino de Artes Visuais em escola de educação básica, escolas especializadas e profissionalizantes em instituições públicas, privadas e no terceiro setor, bem como em atividades de pesquisa e demais contextos educativos.  E graduados em outros cursos



<b>Formação e Titulação Profissional do Corpo Docente</b>	
Não consta nos documentos oficiais de criação	Graduados, com Especialização, Mestrado e Doutorado em curso ou com titulação concluída em Artes ou áreas afins
<b>Perfil Profissional dos Egressos</b>	
O arte-educador realiza estudos e pesquisas na área de Educação Artística, envolvendo programas comunitários de atuação; ministra aulas, focalizando aspectos relacionados com o som, forma, cor e movimento, em escolas especializadas; prepara e organiza programas para realizações de atividades artísticas relacionadas com as Habilitações específicas (artes plásticas, Artes Cênicas e Música); atua também em instituições de pesquisas; leciona em escolas comunitárias de 1º e 2º graus e Instituições de Ensino Superior.	O licenciado em Artes Visuais estará apto para atuar em escolas de educação básica, escolas especializadas, instituições culturais, em espaços não-formais e demais contextos de ensino e aprendizagem. Além da docência, o licenciado poderá exercer atividades de pesquisa, produtor, agente cultural e outras especificidades do campo das Artes Visuais.
<b>Disciplinas</b>	
<b>Comuns as Habilitações de Artes Cênicas e Música</b>	<b>Comuns ao Curso de Bacharelado</b>
Fundamentos da Comunicação e Expressão Humanas I	Cerâmica I
Fundamentos da Comunicação e Expressão Humanas II	Cerâmica II
Estética e História das Artes I	Pintura I
Estética e História das Artes II	Pintura II
Folclore Brasileiro e Nordestino	Crítica da Arte I
Oficina Básica das Artes I	Desenho I
Oficina Básica das Artes II	Fundamentos da Linguagem Visual

Oficina Básica das Artes III	Gravura I
Oficina Básica de Fotografia e Cinema	Gravura II
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	História da Arte I
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau	História da Arte II
Psicologia da Educação V	História da Arte III
Didática	História da Arte IV
Educação Física	História da Arte V
-	História do Ensino das Artes Visuais
-	Metodologia do Ensino das Artes Visuais
-	Arte no Brasil I
-	Arte no Brasil II
<b>Habilitação em Artes Plásticas</b>	<b>Específicos da Licenciatura em Artes Visuais</b>
Evolução das Artes Visuais I	Didática
Evolução das Artes Visuais II	Fundamentos Antropo-filosóficos da Educação
Fundamentos Linguagem Visual I	Fundamentos Psicológicos da Educação
Fundamentos Linguagem Visual II	Fundamentos Sócio-históricos da Educação
Análise e Exerc. de Téc. e Mat. Expressivos I	Política e Gestão da Educação
Análise e Exerc. de Téc. e Mat. Expressivos II	Estágio Supervisionado I
Técnicas de Expressão e Com. Visual I	Estágio Supervisionado II
Técnicas de Expressão e Com. Visual II	Estágio Supervisionado III
Metodologia do Ensino de Artes Plásticas	Estágio Supervisionado V
Prática de Ensino em Artes Plásticas (Estágio Supervisionado)	-
<b>Complementares Obrigatórias</b>	

-	<b>Comuns ao Curso de Bacharelado</b>
Língua Portuguesa I	Análise das Linguagens Artísticas Contemporâneas I
Sociologia I	Análise das Linguagens Artísticas Contemporâneas II
Introdução à Psicologia	Fotografia I
Língua Inglesa I e ou Língua Francesa I	Leitura de Imagens
Psicologia da Criatividade	Metodologia do Trabalho Científico
Fundamentos da Arte Educação I	Metodologia da Pesquisa em Artes Visuais
Fundamentos da Arte Educação II	Tópicos em Artes Visuais e Tecnologias
Cultura Brasileira I	Desenho II
Sociologia da Arte	-
<b>Cont. Complementares Obrigatórias</b>	
-	<b>Específicos da Licenciatura em Artes Visuais</b>
-	Programação Visual e as Visualidades no Ensino das Artes Visuais
-	Introdução ao Cinema
-	Ensino das Artes Visuais e as Novas Tecnologias
-	Ensino das Artes Visuais em Instituições Culturais e Sociais
-	Ensino das Artes e Educação Inclusiva
-	Trabalho de Conclusão do Curso I (TCC I)
-	Trabalho de Conclusão do Curso II (TCC II)
-	Projeto Artístico I

-	Projeto Artístico II
-	Seminário sobre Arte e Mercado
<b>Complementares Optativas</b>	
Cultura Brasileira II	<b>Específicos da Licenciatura em Artes Visuais</b>
Histografia de Cultura e dos Meios de Comunicação	Arte, Educação e Psicologia
Folkcomunicação	Arte-Educação e o Aluno Especial
Cinema I	Artes da Fibra
Cinema II	Artes do Corpo
Cinema III	Arteterapia em Organizações, Comunidades e Instituições
Fundamentos Científicos da Comunicação I	
Problemas Atuais da Educação	Arteterapia em Saúde Mental
Oficina Plástica I	Escultura
Introdução dos Recursos Audiovisuais em Educação	Fotografia II
Arte-Terapia	Introdução à Museologia
Metodologia da Ciência III	Introdução ao Cinema de Animação
Fotografia	Metodologia de Projetos e Pesquisas em Arteterapia
Língua Portuguesa II	Seminário de Empreendedorismo em Artes Visuais
Redação em Língua Portuguesa	Tópicos em Cerâmica
História da Arte	Tópicos em Desenho
Estética	Tópicos em Escultura
Língua Inglesa II	<b>Específicos da Formação Pedagógica em Artes Visuais</b>

Língua Francesa II	<b>Eixo Temático I – Antropó-filósoficos, Sócio-históricos e Psicológicos</b>
Teatro na Educação	Antropologia da Educação
Tecnologia Instrumental	Economia da Educação
Oficina de Gravura	Educação Sexual
Cerâmica	Fundamentos Biológicos da Educação
Teatro de Bonecos	Fundamentos da Administração da Educação
Introdução à Linguagem e Estruturação Musical	-
-	<b>Cont. Específicos da Formação Pedagógica em Artes Visuais</b>
-	<b>Eixo Temático II – Pressupostos Sócio-políticos e Pedagógicos</b>
-	Currículo e Trabalho Pedagógico
-	Educação e Inclusão Social
-	Pesquisa e Cotidiano Escolar
-	Planejamento e Gestão Escolar
-	<b>Eixo Temático III – Pressupostos Didático-metodológicos e Sócio-educativos</b>
-	Alfabetização de Jovens e Adultos: processos e métodos
-	Avaliação de aprendizagem
-	Educação e movimentos sociais
-	Introdução aos recursos audiovisuais em educação
-	Seminário de Problemas atuais em educação
-	Seminário em educação ambiental
-	<b>Optativas de outros campos de</b>

	<b>conhecimento</b>
-	Cinema I
-	Cinema II
-	Ética Profissional
-	Folkcomunicação
-	Literatura Popular
-	Psicologia da Aprendizagem
-	Psicologia da Criatividade
-	Publicidade e Propaganda
-	Seminário de Pesquisa em Imaginário e Mito
-	Sociologia da Vida Cotidiana
-	Sociologia da Arte
-	Teatro de Bonecos
-	Antropologia Cultural
-	Tópico em Teoria da História
-	Cultura Brasileira
-	Seminário de Pesquisa em História Social da Arte
-	Teatro de Bonecos
-	Antropologia Cultural
-	Tópico em Teoria da História
-	Cultura Brasileira
-	Seminário de Pesquisa em História Social da Arte

## Complementares Flexíveis

-	Tópicos Especiais em Artes Visuais I
-	Tópicos Especiais em Artes Visuais II